

## 4 - Descrevendo os planos de trabalho de quatro entidades assistenciais socioeducativas

Silvio José Benelli

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BENELLI, SJ. Descrevendo os planos de trabalho de quatro entidades assistenciais socioeducativas. In: *O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: perspectivas contemporâneas* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2016, pp. 93-190. ISBN 978-85-6833-475-1. Available from: doi: [10.7476/9788568334751](https://doi.org/10.7476/9788568334751). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yzs9w/epub/benelli-9788568334751.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## 4

# DESCREVENDO OS PLANOS DE TRABALHO DE QUATRO ENTIDADES ASSISTENCIAIS SOCIOEDUCATIVAS

Na realidade, a educação constitui um todo indissociável, e não se pode formar personalidades autônomas no domínio moral se por outro lado o indivíduo é submetido a um constrangimento intelectual de tal ordem que tenha de se limitar a aprender por imposição sem descobrir por si mesmo a verdade; se é passivo intelectualmente, não conseguirá ser livre moralmente. Reciprocamente, porém, se sua moral consiste exclusivamente em uma submissão à autoridade adulta, e se os únicos relacionamentos sociais que constituem a vida da classe são os que ligam cada aluno individualmente a um mestre que detém todos os poderes, ele também não conseguirá ser ativo intelectualmente (Piaget, 1974, p.69).

### **Seleção das entidades para as visitas de observação participante**

Os dados desta pesquisa foram obtidos, inicialmente, por meio de análise documental, pois estivemos estudando os projetos das entidades assistenciais arquivados nos conselhos municipais e

procuramos identificar seus referenciais teórico-metodológicos, os aspectos administrativos e funcionais da equipe gestora, bem como a concepção política do projeto socioeducativo.

Visando a exequibilidade da pesquisa, a partir da análise documental nos arquivos dos conselhos municipais, selecionamos posteriormente uma amostra composta por duas entidades assistenciais mantidas pelo poder público municipal e duas mantidas por entidades privadas que atendem a crianças e adolescentes, classificando sua clientela como sendo composta por crianças e adolescentes considerados em “situação de risco pessoal e social”. Realizamos três visitas de observação participante durante dias normais de funcionamento, obtendo, para tanto, a anuência de seus dirigentes, de acordo com critérios éticos e agendando previamente à data das visitas. No caso da entidade assistencial privada 1, realizamos mais visitas, visando participar de uma semana de formação e de planejamento anual, juntamente com os educadores sociais.

Como previmos em nosso projeto inicial, as escolas maternas, jardins de infância e creches infantis não fizeram parte do nosso campo de investigação, nem unidades da Fundação Casa (antiga Febem), portanto, as entidades assistenciais em transição para a área da educação também foram excluídas. Também não pretendíamos investigar entidades que atendem a crianças e adolescentes com deficiência física e/ou mental, tal como a APAE e congêneres, pois merecem estudos específicos. As entidades que funcionam em regime de privação de liberdade (Fundação Casa) e as que proporcionam abrigo e funcionam em regime de internato também foram excluídas, pois entendemos que elas possuem dinâmicas particulares, talvez com grande probabilidade de se organizarem de modo total e disciplinar como revelam as análises já clássicas de Goffman (1987) e de Foucault (1999). Procuramos nos ater apenas a entidades públicas e privadas que atendam a crianças e adolescentes considerados em “situação pessoal e social de risco” e que funcionam em regime aberto.

Com relação aos critérios de seleção das entidades para a etapa de observação participante, procuramos selecionar entidades que fossem antigas e bem consolidadas, que desfrutassem de prestígio e

fossem consideradas tradicionalmente como exemplares no contexto municipal. Também estava em questão a receptividade e a abertura dos dirigentes das várias entidades para acolher um pesquisador/observador estranho durante alguns dias. Não tivemos dificuldade em selecionar uma amostra. As entidades que escolhemos para o trabalho de observação se mostraram favoráveis em nos receber depois de uma visita inicial, na qual explicamos nossos objetivos, intenções, forma de trabalho e o termo de consentimento livre e esclarecido para ser assinado pelos responsáveis e pelo pesquisador. Parece que o fato de termos sido reconhecidos e identificados pelas entidades que visitamos como sendo membros do CMDCA e do CMAS representou um elemento a nosso favor, embora não tenhamos solicitado a permissão e autorização para o trabalho de observação participante com base exclusivamente nessas funções públicas que exercíamos.

Inicialmente, vamos descrever com detalhes os programas, projetos e serviços das entidades assistenciais selecionadas para as visitas. O material apresentado foi coletado com base na documentação contida nos arquivos do CMDCA. Em seguida, vamos relatar as visitas de observação participante nas entidades, além de reflexões e análises. O nome do município e das entidades foi omitido, visando preservar seu anonimato, de acordo com o termo de consentimento livre e esclarecido firmado entre o pesquisador e os dirigentes das entidades. Os planos de trabalho são documentos não publicados, formados por apostilas e folhas avulsas produzidas por técnicos. Por razões de sigilo ético, não serão indicadas nas referências bibliográficas, de modo a não identificar o município e as entidades pesquisadas.

## **O plano de trabalho institucional da entidade assistencial pública 1**

As informações do plano de trabalho original da entidade encontrado nos arquivos do CMDCA, que vigorou de 1997 a 2007, tratam de um estabelecimento público municipal que “começou a

acompanhar as crianças de rua, quantificando-as, identificando-as e orientando-as para a inserção no programa assistencial desenvolvido focalizando crianças e adolescentes” (Secretaria Municipal de Assistência Social, 2002, p.2). Como veremos, trata-se de um programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente que se ramifica em diversas unidades espalhadas pelo território municipal, funcionando a partir de coordenadas comuns e estabelecendo parcerias com outras entidades privadas, religiosas e inclusive empresariais.

O texto do plano de trabalho prossegue afirmando que “considerando-se a identificação dessas crianças de rua, detectou-se a vulnerabilidade das famílias e do seu meio social, priorizando o atendimento a esse segmento, prevenindo a ociosidade e riscos dela decorrentes” (loc. cit.). Dessa forma, “o objetivo da entidade é buscar alternativas que possam minimizar as situações de extrema pobreza que se fazem emergentes e fortalecer a sua inserção no processo social” (loc. cit.). O documento diz ainda que

as ruas centrais da cidade são ocupadas por crianças e adolescentes que nela buscam atendimento para algumas de suas necessidades básicas, tais como alimentação, lazer e higiene, entre outras. Conquanto consigam satisfazer as necessidades acima apontadas, outras tantas, embora não menos relevantes, não são atendidas, tais como carinho, afeto, segurança e escolarização, entre outras. A “sedução” do mundo moderno pode ser satisfeita, de alguma forma, na rua, uma vez que a família e a escola não as satisfazem, pois as famílias estão sem garantias mínimas de sobrevivência, com pais e mães desempregados ou subempregados, alcoólatras, famílias extensas. Por outro lado, a criança na rua garante a sobrevivência do grupo familiar (Ibid., p.2-3).

Diante desse quadro, o programa municipal se propõe a “trabalhar com a criança/ adolescente de 7 a 14 anos de ambos os sexos, em situação de rua, no sentido da construção de sua identidade, bem como de sua cidadania enquanto pessoa em desenvolvimento

que participa e influencia a sociedade” (Ibid., p.3). A entidade quer “oferecer à criança/adolescente de e na rua modelos positivos de referencial humano” (Ibid., p.5). Além disso, também quer “conscientizar a criança da necessidade das regras existentes na sociedade e no dever de cumpri-las para o seu bem-estar social, físico e psicológico” (Ibid., p.3). Para tanto, pretende “trabalhar no sentido de afastar essas crianças e adolescentes da rua, oferecendo-lhes uma nova oportunidade de vida” (loc. cit.). Os objetivos do programa municipal são:

- a) formar e aperfeiçoar crianças e adolescentes para o exercício da cidadania, oportunizando a chance de se realizarem como seres humanos; b) proporcionar às crianças e adolescentes oportunidades de adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades e atitudes que favoreçam seu ingresso, regresso, permanência e sucesso escolar; c) provocar impacto positivo na qualidade de vida da criança, adolescente, família e da comunidade, através da educação, da convivência familiar e da participação comunitária (loc. cit.).

O programa de atendimento de crianças/adolescentes em situação de risco pessoal e social, bem como suas famílias, tem as seguintes metas:

- a) assegurar a frequência da criança/adolescente no processo escolar, através de articulação sistemática junto às escolas na busca de informações, trabalho, saúde, cultura e uma melhor qualidade de vida; b) buscar, através de atividades recreativas, lúdicas, esportivas, culturais e atividades ocupacionais, estimular o interesse e a aptidão de cada criança/adolescente; c) criar várias unidades em regime aberto, com funções diferenciadas, descentralizadas e localizadas em regiões estratégicas da cidade; d) a unidade I, com capacidade de atendimento de 50 crianças/adolescentes, terá como função a recepção, adaptação e triagem para o encaminhamento para as demais unidades; e) a unidade II tem capacidade

para atender 290 crianças/adolescentes, de acordo com os objetivos da entidade; f) a unidade III, IV e V tem capacidade para atender 110 crianças/adolescentes, de acordo com os objetivos da entidade; a unidade VI tem capacidade para atender 200 usuários, sendo 150 no nível profissionalizante e 50 para atendimento de crianças/adolescentes, de acordo com os objetivos da entidade. As unidades II, III e VI funcionam em parceria com instituições particulares (Ibid., p.4-5).

Seus recursos humanos compõem a seguinte equipe técnica: 6 assistentes sociais, 4 psicólogos, 1 coordenadora pedagógica, 1 fonoaudióloga, 2 educadoras de rua, 9 educadores sociais, 2 professores de Educação Física, 1 professora de Dança, 2 maestros (coral e fanfarras) e 10 voluntários (Ibid.). Essa equipe de profissionais trabalha alguns dias da semana em cada uma das unidades de atendimento. As etapas do trabalho previstas são:

a) abordagem de rua: com a abordagem da equipe de rua, dar oportunidade para que as crianças conheçam pessoas positivas, diferentes das que elas estão acostumadas a encontrar, e oportunizar momentos diferentes daqueles que elas conhecem. Através da intervenção, começar a transição de um passado de rua para a cidadania. Para isso é importante a criação de vínculo e confiabilidade do educador com a criança/adolescente, o desenvolvimento de atividades socioeducativas e o suprimento de algumas necessidades básicas; b) inserção na entidade assistencial: meninos e meninas têm o “direito de ser criança”, ou seja: brincar, estudar, desenvolver atividades esportivas e culturais. Através da equipe técnica a criança/adolescente será atendida priorizando as necessidades imediatas: nutricional, psicológica, familiar, social ou encaminhada a recursos existentes na comunidade; c) com o trabalho socioeducativo, promover seu desenvolvimento integral, estimular a aquisição de hábitos saudáveis, cultivar as relações interpessoais, o desempenho de papéis e a consciência de seus direitos e deveres como cidadãos atuantes na comunidade (Ibid., p.7).

As atividades desenvolvidas no cotidiano do trabalho socioeducativo são:

a) apoio e reforço das tarefas escolares; b) recreação e jogos, com o desenvolvimento de atividades físicas, esportivas e recreativas como forma de canalização da energia para atividades positivas e estimulação da vida em sociedade através do desenvolvimento de equipes; c) dança, desenvolvendo a coordenação motora, noção corporal e espacial, visando a integração da criança com a sociedade; d) coral/fanfarra, trabalhando a transmissão de sentimentos para o papel durante uma música, procurando estimular a expressão oral, a linguagem, a cultura, o gosto pelas artes, a imposição de voz, a autoestima e a desenvoltura em público através de apresentações; e) artesanato, estimulando a criatividade, a fim de desenvolver na criança/adolescente o gosto por trabalhos manuais, preparando-os para desenvolver atividades com fins lucrativos; f) culinária, fazer com que as crianças/adolescentes tenham noções de higiene, seleção e preparação dos alimentos que possam ser utilizados no seu dia a dia; g) brinquedoteca, coloca-se como um importante mecanismo de caráter educativo (responsabilidade, respeito, iniciação à vida coletiva e social), político (democratização do acesso ao brinquedo às crianças pobres), pedagógico (uso do brinquedo como auxiliador no processo de ensino-aprendizagem), científico (fonte de pesquisa sobre o comportamento da criança propiciada na interação desta com o brinquedo), cultural (meio de estabelecer relações com o mundo das artes, literatura, criação etc.) e lúdico (oportuniza o espaço de brincar, desarticulando o brinquedo de seu valor monetário, onde a criança irá usufruir sem o sentimento de posse, além do que irá ter a oportunidade de experimentar antes de comprar; h) formação bíblica, são trabalhadas histórias bíblicas através de músicas, jogos e brincadeiras que levam à compreensão das referidas passagens, conhecimento de Deus, sem ligação com doutrinas, priorizando o respeito com o semelhante; i) higienização e saúde, desenvolver hábitos sadios de higiene e saúde através de banhos diários, escovação de dentes

após as refeições, corte de unhas e de cabelos. Preleções abordando temas como sexualidade, drogas e alimentação adequada. Diariamente os educadores sociais acompanham as crianças/adolescentes nas refeições, aproveitando esse horário para passar noções de comportamento à mesa, uso adequado de talheres e copos, evidenciando a importância de cada alimento (verduras, frutas, legumes etc.) (Ibid., p.7-8).

Atendimentos por profissionais de diversas áreas também estão previstos e serão disponibilizados para crianças e adolescentes usuários dos serviços assistenciais da entidade:

**Psicologia:** através de atendimentos individuais e/ou grupais, favorecer a socialização dos participantes da entidade, atender as crianças/adolescentes encaminhados pela equipe da unidade, promover a integração da equipe multiprofissional, encaminhar a criança/adolescente para avaliação em outra instituição, caso seja necessário, orientar as famílias quanto aos acompanhamentos das crianças e adolescentes.

**Fonoaudiologia:** a oficina de leitura e escrita tem como objetivo estimular e desenvolver a relação escritor-leitor nas crianças que apresentam dificuldades no aprendizado da leitura e da escrita. A terapia fonoaudiológica promove a estimulação da percepção visual, auditiva e da fala.

**Médico:** acompanhamento através de consultas, encaminhamentos quando necessário e tratamento, visando sempre à saúde de cada um.

**Dentista:** prevenir a incidência de cárie, problemas periodontais, placa dental e outros, através de procedimentos favoráveis a uma boa higienização bucal. Encaminhar os pacientes para tratamentos mais especializados quando necessário, aos ambulatórios odontológicos de atendimento gratuito, orientar os pacientes assim como seus educadores e familiares.

**Assistente social:** atendimento e entrevista individual dos pais e/ou responsáveis (procura de vagas, orientação sobre aconteci-

mentos surgidos com as crianças e adolescentes que frequentam o programa da entidade), atendimento individual e/ou grupal de crianças e adolescentes (fixação de condutas desejáveis socialmente através de diálogo, mímica e jogos), reuniões periódicas de orientação aos pais, reuniões periódicas com a equipe de apoio para discutir o andamento da unidade, linha de ação e interação do grupo e/ou em caráter extraordinário, contato permanente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, visitas domiciliares (Ibid., p.9-10).

O programa desenvolvido pela entidade visando ao “controle da qualidade do atendimento” será monitorado e avaliado pelas seguintes atividades:

Reuniões periódicas com a equipe de trabalho, incluindo a equipe de rua, avaliação do trabalho realizado na rua, redução do número de crianças e adolescentes na rua, aumentar os encaminhamentos de crianças e adolescentes em situação de rua para o programa da entidade ou para os recursos da comunidade, aumentar o índice de crianças e adolescentes matriculados no ensino fundamental, diminuir os índices de evasão escolar e repetência, aumentar o número de famílias com acesso a ações socioeducativas, em projetos de geração de renda e programas de complementação da renda familiar, aumentar a frequência das crianças e adolescentes nos programas e serviços oferecidos pela entidade, mensuração do grau de satisfação das crianças, adolescentes e famílias por meio de depoimentos e entrevistas (Ibid., p.11).

## **Algumas observações sobre o plano de trabalho institucional original das entidades assistenciais públicas**

Gostaríamos de destacar alguns aspectos do plano de trabalho dessas unidades públicas de Assistência Social à criança e ao adolescente colocados em prática no município. Vamos retomar ideias e pinçar conceitos que, por hipótese, remeteriam o sentido dessa ação assistencial a um universo semântico bastante específico. Procuramos deduzir, a partir do que consta no plano de trabalho, a orientação política e pedagógica que predominaria nesses dispositivos sociais.

Embora o projeto de trabalho dessas entidades públicas de atendimento se inicie aludindo ao ECA e aos Direitos Humanos, afirmando que “toda criança, inclusive a de rua, deve ter sua integridade física e moral preservadas por toda sociedade” (Ibid., p.1), e ainda procurando traçar um breve diagnóstico da situação das crianças e adolescentes pobres da cidade (expostos à mendicância e à exploração pelo tráfico de drogas), sua proposta de intervenção se concentra na busca de “prevenir a ociosidade e os riscos dela decorrentes” (Ibid., p.1).

O autor do texto institucional, de modo ingênuo e empírico, reconhece a “vulnerabilidade das famílias e do seu meio social”, afirma que “os pais induzem as crianças para a mendicância, visando seu próprio sustento”, apresenta a ociosidade das crianças, perambulando pelas ruas, faróis e praças, “esmolando em portas de restaurantes e bares, inclusive praticando pequenos furtos”, e seu programa consiste em “minimizar as situações de extrema pobreza que se fazem emergentes e fortalecer sua inserção no processo social” (Ibid., p.1-2). Qual é a perspectiva teórica que estaria embasando esse diagnóstico social e permitindo a formulação de uma intervenção específica para buscar seu equacionamento?

Podemos notar nesse documento um deslizamento do discurso, que passa do plano dos direitos de crianças e adolescentes para uma perspectiva social muito tradicional, própria do que se

pode denominar como “teoria da marginalidade”. De acordo com ela, as carências e injustiças sociais na sociedade seriam solucionadas e superadas por meio da participação organizada dos marginalizados, num processo que visaria a sua integração no tecido social. O conceito de marginalização indicaria a existência de indivíduos que estão à margem da vida social e são, portanto, “carentes”, e que a superação dessa condição viria por meio de sua integração ao sistema social vigente.

Ora, quando operamos com um instrumento analítico dialético e crítico, a partir do conceito de *classe social*,<sup>1</sup> podemos entender que a pobreza de grandes massas humanas é produzida pela situação de exploração e opressão que o capitalismo exerce sobre os setores populares. Longe de manter esses grupos humanos “fora do sistema”, o capitalismo procurou manter imensos “exércitos de reserva de mão de obra” no desemprego estrutural, base de manutenção do próprio sistema. Inclusive, o capital é capaz de, astutamente, extrair expressivos dividendos econômicos e políticos dessas massas espoliadas, pauperizadas, excluídas da educação formal e sujeitas a manipulações de toda ordem, enquanto maneja as contradições do mercado de trabalho. Atualmente, o capitalismo financeiro nem se interessa mais por um “exército de reserva de mão de obra” e condena milhões de seres humanos ao desemprego absoluto e permanente.

As ideias de “desenvolvimento comunitário”, de “promoção social”, de “participação e organização popular”, de “integração social” típicas do discurso oficial remetem claramente a uma perspectiva

---

1. De acordo com Lênin (apud Lakatos, 1990, p.250), “as classes sociais são grandes grupos de pessoas que diferem umas das outras pelo lugar ocupado por elas num sistema historicamente determinado de produção social, por sua relação (na maioria dos casos fixada e formulada em lei) com os meios de produção, por seu papel na organização social do trabalho e, por consequência, pelas dimensões e métodos de adquirir a parcela da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas onde uma pode se apropriar do trabalho de outra, devido aos lugares diferentes que ocupam num sistema definido de economia social.”

social conservadora e tradicional que desconhece e nega a existência da sociedade capitalista como sendo dividida em classes sociais antagônicas e em conflito. No plano sociológico, a “teoria da marginalidade” remete a uma visão funcionalista e idealista da sociedade.

Nesse sentido, os homens, as crianças e adolescentes são indivíduos isolados do contexto social, “da sociedade”, “das pessoas de bem”, “dos trabalhadores”, “dos cidadãos” e estariam em situação de “exclusão social”, de “risco pessoal e social” e de “vulnerabilidade social”. Mas o que produz a exclusão de tais indivíduos? O que os vulnerabiliza e os põem em “situações de risco”? Qual seria a causa da pobreza dos pobres? Pensamos que os pobres são os empobrecidos pela dinâmica capitalista, que seria a produtora histórica das condições de exploração, dominação e subordinação que os eufemismos, tais como “exclusão social”, “risco pessoal e social” e “vulnerabilidade social” procuram encobrir sem muito sucesso.

Sem nenhum tipo de análise social explícita, o plano de trabalho da SMAS (2002) continua descrevendo e caracterizando a difícil situação em que se encontram as crianças e adolescentes pobres do município. Situações de pobreza e suas mazelas são elencadas sem qualquer tipo de questionamento quanto à sua origem e produção. O que a “boa sociedade” e o “poder público” fazem diante dessas constatações? Nem de longe problematizam sua própria implicação na produção dessa “des-ordem institucionalizada”, mas propõem a terapêutica dos remédios paliativos, visando “minimizar” tais problemas:

Trabalhar com a criança/adolescente de e na rua no sentido de construção de sua identidade, bem como de sua cidadania enquanto pessoa em desenvolvimento que participa e influencia na sociedade. Oferecer à criança/adolescente de e na rua modelos positivos de referencial humano. Conscientizar a criança da necessidade das regras existentes na sociedade e no dever de cumpri-las para o seu bem bem-estar, físico e psicológico. Trabalhar no sentido de afastar essas crianças e adolescentes da rua, oferecendo-lhes uma nova oportunidade de vida (Ibid., p.3).

É evidente a despolitização do problema social, da pobreza e da situação dos empobrecidos. Diante das diversas “carências” verificadas, os remédios apontados podem ser localizados no plano psicológico (interioridade psíquica, personalidade, identidade), no plano educativo (exemplo edificante de modelos positivos de identificação) e no plano moral (centrado na transmissão de valores e na modelação de “comportamentos morais”), visando obter dos usuários a obediência às regras sociais de uma sociedade que lhes nega seus direitos fundamentais. O objetivo é então proposto como o velho sonho da *educação integral*: “formar e aperfeiçoar crianças e adolescentes para o exercício da cidadania”, subentendendo que o cidadão é o indivíduo escolarizado, trabalhador, produtor e consumidor, plenamente “integrado” à “boa sociedade”.

Para tanto, seria preciso criar um espaço social protetor que permitisse “afastar essas crianças e adolescentes da rua, oferecendo-lhes uma nova oportunidade de vida”. Na entidade assistencial, é preciso “proporcionar às crianças e adolescentes oportunidades de adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades e atitudes que favoreçam seu ingresso, regresso, permanência e sucesso escolar”. A escola seria considerada uma importante agência de socialização e de ensino, mas como não está obtendo sucesso com essa clientela difícil, a entidade assistencial vem secundá-la em seus esforços educacionais, no período inverso. A entidade também pretende “provocar um impacto positivo na qualidade de vida da criança, adolescente, família e da comunidade, através da educação, da convivência familiar e da participação comunitária”. Talvez se pense que a educação – enquanto instância autônoma e incondicionada – possa redimir os diversos problemas sociais indicados, considerando que ela estaria desvinculada da produção coletiva da vida social. Teríamos aí uma visão ingênua e não crítica do lugar – em grande medida condicionado e determinado – da educação na sociedade capitalista.

A intervenção junto da família dessas crianças e adolescentes é frisada constantemente: o atendimento psicológico tem como uma de suas finalidades “orientar as famílias quanto aos

acompanhamentos das crianças e adolescentes”; a assistente social deve realizar “reuniões periódicas de orientação aos pais, bem como fazer visitas domiciliares”. O programa assistencial visa “aumentar o número de famílias com acesso a ações socioeducativas, em projetos de geração de renda e em programas de complementação da renda familiar; também pretende “ampliar a compreensão da família a respeito de sua responsabilidade frente à criança e adolescente, enquanto primeira instância social, no processo de organização da comunidade”. Diz-se ainda que “a família deverá receber visitas regulares de profissionais envolvidos, para atuação nos problemas familiares que geralmente motivam a criança a sair de casa. Aqui o trabalho também envolve doação de cestas básicas, habilitação para o mercado de trabalho, encaminhamento, orientação e integração no projeto de enfrentamento da pobreza”. Além disso, “o programa busca de início um pacto com a família, na colaboração do processo de desenvolvimento de seus filhos, preparando-os para o mercado de trabalho” (Ibid., p.4). Podemos dizer que as famílias, portanto, seriam monitoradas, orientadas, auxiliadas, cooptadas e também policiadas por intervenções dos agentes sociais do programa municipal.

Não é difícil notar que tanto o senso comum quanto os técnicos responsáveis pela formulação de políticas sociais e pela organização de serviços apresentam uma concepção reacionária relativa à família, vendo-a a partir de categorias valorativas tradicionais: as famílias são capazes ou incapazes, doentes ou sadias, normais ou anormais, “desestruturadas” ou estruturadas. Na concepção funcionalista e sistêmica de família, à mulher é designada a responsabilidade “natural” de cuidar e educar os filhos, característica que permite seu julgamento moral. O pai representaria a figura de autoridade e provedor do lar. Essa abordagem transclassista ocupa-se apenas com a questão da distribuição territorial das famílias consideradas em “situação de vulnerabilidade”.

Se o objetivo é “prevenir a ociosidade e os riscos dela decorrentes”, passa-se rapidamente para a ação corretiva: procura-se atrelar os adolescentes pobres ao mercado de trabalho, numa

tentativa de “iniciação pré-profissional”. O senso comum considera que os pobres e seus filhos vivem ociosos, sem ocupação, o que leva aos vícios: preguiça, desordem, imoralidade, mas não se percebe que a causa da ociosidade dos pobres está na privação dos seus direitos, pois enquanto cidadãos, eles são lesados e violentamente excluídos dos direitos à convivência familiar e comunitária, à saúde, à educação, ao lazer, à formação profissional, ao trabalho, ao futuro e, no limite, da própria vida. O pensamento liberal autoritário e tradicional considera que a “ociosidade é a mãe de todos os vícios” e que o “trabalho enobrece e dignifica o homem”. Então o remédio para a pobreza e para os problemas sociais estaria na profissionalização, na *educação para o trabalho* e de preferência na *educação pelo trabalho*, que ensinaria ao mesmo tempo a ordem, a disciplina, e que pela remuneração e pela aprendizagem do esforço em poupar, autonomizariam o indivíduo, reduzindo-o assim ao único responsável pela própria condição social. Se a perspectiva é essa, então se entende que “a prioridade é investir em uma formação que permita ao adolescente de família de baixa renda disputar espaço no mercado de trabalho” (Ibid., p.4).

O programa municipal explicita que as crianças de 7 a 12 anos têm “o direito de ser crianças”, podendo brincar, estudar e desenvolver atividades esportivas e culturais. Os adolescentes de 12 a 14 anos “são orientados sobre temas relacionados a essa fase de suas vidas, além de contribuir para que o jovem compreenda a importância do trabalho e seus benefícios”. Com essas orientações, os adolescentes seriam inseridos num “trabalho de capacitação profissional conforme aptidão, incluindo visitas a locais de trabalho (empresas conveniadas) para a escolha segura das atividades que se desejam desenvolver” (Ibid., p.5).

Na fase pré-profissionalizante, destinada aos jovens de 14 a 18 anos incompletos, “a prioridade é investir em uma qualificação que permita ao adolescente disputar espaço no mercado de trabalho. Despertar vocações, desenvolver habilidades culturais e profissionais”. Nessa etapa, os jovens “devem participar de atividades que possibilitem a capacitação e qualificação profissional em várias áreas:

artesanato; auxiliar de limpeza/arrumadeira, na área de hospedagem e turismo; técnicas básicas de cozinha; eletricista – reparos e manutenção; marcenaria; técnicas básicas para garçom” (Ibid., p.5).

Os adolescentes também seriam profissionalizados por meio dos seguintes cursos: “mecânica de moto; mecânica de auto; ajustador mecânico; tornearia; garçom e garçonete; jardinagem; computação; *babysitter*” (Ibid., p.5). O programa municipal indica que “com aptidão e idade suficiente para trabalhar, o adolescente será encaminhado para o mercado de trabalho enquanto continua a estudar. Contudo, a assistência e o acompanhamento continuam. Com trabalho, estudo, ambiente familiar trabalhando o desempenho e bons comportamentos, o adolescente será um novo cidadão” (Ibid., p.5).

É interessante notar que inclusive atividades de artesanato são instrumentalizadas visando “estimular a criatividade a fim de desenvolver na criança/adolescente o gosto por trabalhos manuais, preparando-os para desenvolver atividades com fins lucrativos”. (Ibid., p.5). A capacitação profissional seria oferecida conforme “a aptidão” do adolescente, mas também se indica que os cursos são “pré-profissionalizantes” e que sua oferta também varia de acordo “com a demanda do mercado”. Não se cogita, por exemplo, que esses adolescentes possam aspirar a uma formação universitária. É interessante notar também que os cursos oferecidos são “pseudoprofissionais” e não competem com os cursos profissionalizantes das faculdades privadas e públicas locais. Uma formação profissional precária somente pode preparar indivíduos para ocupações desvalorizadas e subalternas, mantendo-os na sua classe social de origem.

## **Um analisador do Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente**

No dia 20 de outubro de 2008, houve um evento no auditório da prefeitura municipal, no qual a secretária municipal da Assistência Social divulgou o resultado de uma pesquisa realizada com o

Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente, que foi criado e é mantido e desenvolvido pelo poder público municipal. De acordo com as informações oficiais disponíveis, esse programa social contava, na época, com oito unidades, em pontos estratégicos do município, atendendo 1.200 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, oferecendo-lhes oportunidades de aprendizagem essenciais nas áreas educativa, sociopolítica, de lazer, saúde e esporte. “Visava à formação das crianças e dos seus familiares para proporcionar uma condição de cidadão autônomo, participativo e crítico, capaz de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade” (Ibid., p.8). As diversas unidades funcionam em regime aberto das 8h00 às 17h00, em período alternado ao da escola.

Estivemos assistindo à apresentação de divulgação da pesquisa, que contou com a presença de diversas autoridades municipais. Pudemos assistir a uma apresentação com o projetor multimídia relativa aos dados coletados, tratados e apresentados em tabelas, bem como sua interpretação pelos pesquisadores responsáveis. Encontramos no site da prefeitura um relato sobre o evento que resume os dados e resultados alcançados pela pesquisa:

**Assistência Social apresenta pesquisa sobre Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente  
(28/10/2008)**

O Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente cumpre a sua missão em defender os interesses dos jovens em risco social, promovendo ações de atendimento nas áreas de esporte, lazer, recreação, cultura e educação [...]. Esta é uma das conclusões da pesquisa feita para avaliar o desempenho do programa e que foi apresentada para técnicos e secretários municipais ontem pela manhã, no auditório da Prefeitura. A pesquisa foi feita entre 5 e 13 de maio pelos alunos de Serviço Social da Universidade local, sob a coordenação da Dr<sup>a</sup>. M. E. B. F., a convite da Secretaria Municipal de Assistência Social. A tabulação dos dados foi realizada entre maio e julho. “Tivemos a parceria da Unimar

para ter a isenção sobre os dados da pesquisa e dar uma resposta para a população sobre a Assistência Social, que é uma política pública”, diz a secretária municipal da pasta. O levantamento – que identificou o perfil dos assistidos e de seus familiares e fez o diagnóstico social – ouviu 539 jovens (287 do sexo feminino e 252 do masculino) de 10 a 17 anos e 11 meses, das unidades 2 a 8 do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente. No período que foi feita a pesquisa, o programa atendia 1.300 crianças e adolescentes.

A pesquisa: no universo pesquisado predominou jovens na faixa etária de 10 a 14 anos, num período de inclusão no programa menor de dois anos e que a mãe é tida como a principal responsável pelo sustento da família. A figura do pai é desconhecida por 20,03% dos filhos, e os avós aparecem em 13,72% como os responsáveis pela manutenção da casa. As crianças e adolescentes na sua maioria moram em casa própria, de alvenaria, possuindo rede de água, luz e esgoto. Na maioria das ruas tem calçamento, asfalto, iluminação pública, coleta de lixo e linha de ônibus. A renda familiar é de até dois salários mínimos, sendo que os responsáveis têm atividades primárias como profissão. As mães se destacam com atividades domésticas. Apenas 57,51% dos pais são registrados em seu trabalho. A totalidade das famílias é atendida por programas assistenciais, predominando o Bolsa Família, que é do governo federal e administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social. A maioria das famílias é constituída entre quatro e sete pessoas. A maior parte dos pesquisados tem de um a três irmãos. A faixa etária de maior índice na família foi acima de 22 anos. A pesquisa revela que a maior parte dos entrevistados estudava na 4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> séries. Os principais motivos para a aplicação nos estudos é porque eles têm expectativa de um futuro melhor, ter uma profissão e um bom emprego. Um dado interessante apontado na pesquisa é que a preferência dos entrevistados na escola é por matemática, língua portuguesa e educação física. Indica também que eles não gostam de brigas, desrespeito e bagunça em sala de aula. Ainda sobre escolaridade, foi constatado que 109

peças da família são analfabetas, sendo os avós os mais citados. A escolaridade dos pais fica entre a 4ª, 5ª e 8ª série do ensino fundamental. Quatro casos apresentaram que pai ou mãe cursaram até o ensino superior. As atividades esportivas são as mais apreciadas pelos assistidos, principalmente o futebol e as brincadeiras em geral. Os entrevistados indicam que gostariam de mais aulas de informática, mais computadores, aulas de natação, danç a, curso de violão e profissionalizantes. Nos momentos de folga, os jovens entrevistados gostam de assistir TV e DVD, brincar com amigos, jogar bola na rua, passear e ouvir música. A maioria sai para se divertir com os amigos da unidade devido à proximidade de onde moram e afinidades. A pesquisa também revelou que os participantes, assim como seus familiares, notaram após a sua inclusão no programa, que sentiram melhora no comportamento dos assistidos: deixaram a rua, aprenderam a respeitar pessoas e ficaram mais educados. Por fim, o relatório indica que o Programa Municipal de Atendimento   Crianç a e ao Adolescente atende plenamente as expectativas dos jovens e familiares, pois além de oferecer oportunidade de crescimento e seguranç a social, educacional, psicológico e comportamental, oferece uma alimentação nutritiva e com qualidade. Salienta-se ainda no relatório que os jovens assistidos nas unidades têm desenvolvimento social, com formação de opinião crítica e capacidade em tornar-se um cidadão conhecedor de seus direitos e deveres, bem como a formação profissional adequada para o enfrentamento do mercado de trabalho. Resultados: a secretária municipal da Assistência Social comenta que está feliz com o trabalho realizado pelo programa e mostra que a administração municipal tem trabalhado efetivamente para a melhoria da qualidade de vida da população. Ela ressaltou a equipe com que trabalha: "  claro que outros projetos que implementamos visa incrementar o que já está sendo feito, como o Centro Profissionalizante, que veio atender a demanda dos que eram assistidos pelo Programa Municipal de Atendimento   Crianç a e ao Adolescente, mas que precisam ingressar no mercado de trabalho", diz. A secretária pretende ter uma audiência

com o prefeito, expor a pesquisa e indicar as possibilidades de melhoria de atendimento do programa. “A pesquisa nos trouxe algumas coisas que são pedidas e que podemos fazer com o devido planejamento”, afirma a secretária. É um programa municipal que assiste a crianças e adolescentes com risco social, oriundas de famílias com renda mensal de até dois salários mínimos (R\$ 830,00). São oferecidas atividades de educação, cultura, cidadania e lazer. Os assistidos participam do programa no período inverso ao escolar. O município conta hoje com oito unidades.

Continuidade: a pró-reitora de Ação Comunitária da Unimar, Prof<sup>a</sup> M. B. B. M. T., agradeceu a iniciativa da secretária em realizar a pesquisa. “É por meio destes trabalhos que também formamos melhor os nossos alunos, damos prática”, comenta. Ela colocou à disposição o curso de Serviço Social para mais pesquisas de campo. “A gente sabe que é necessário dar continuidade ao trabalho e, quem sabe daqui a dois, três anos, seja preciso fazer novamente uma pesquisa para saber as condições de assistência do programa. Temos muito interesse em realizá-la e dar apoio”, finaliza.

A pesquisa era muito interessante e apresentava dados relativos ao perfil dos usuários da entidade assistencial pública e de seus familiares. Mas também era interessante por suas lacunas: ela não abordava nenhum aspecto relativo à proposta pedagógica e institucional que permeava o programa: os funcionários não foram pesquisados, nem aspectos relacionados aos investimentos financeiros ou aos efeitos do trabalho assistencial. Com a pesquisa divulgada, não fomos informados sobre o total de crianças e de adolescentes pertencentes às classes exploradas existentes na cidade, mas apenas que o programa atendia 1.300 usuários. Quanto custava esse programa para o município? Quantos funcionários compunham as equipes de trabalho nas diversas unidades do programa? Quais eram os objetivos, metodologias, quais as teorias sociológicas, pedagógicas, assistenciais, psicológicas e “socioeducativas” que fundamentavam o programa? Como era a relação

entre os funcionários e os usuários e seus familiares? E entre os próprios funcionários? E do conjunto deles com a SMAS?

Do texto impresso disponibilizado durante a apresentação pela secretária municipal da Assistência Social, intitulado “Pesquisa realizada junto ao Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente – 2008”, gostaríamos de destacar alguns aspectos que parecem interessantes. Logo na introdução do documento encontra-se o seguinte:

Esses jovens nos apontam os acertos do programa, nos indicam que os rumos tomados têm conseguido alcançar transformações profundas que vão além da rotina regrada e distante das ruas. Representam uma substituição de valores que têm levado à construção de personalidade com novos parâmetros de vida, que respeitam o próximo, que se empenham e motivam por bons objetivos, que buscam estar inseridas em grupos sadios de convivência, que sentem prazer em aprender, em se aprimorar e, acima de tudo, que passam a ter esperança e autoestima (Secretaria Municipal de Assistência Social, 2008, p.4).

Nota-se que os efeitos institucionais do programa seriam da ordem da Psicologia, pois foram tematizadas questões relativas a transformações operadas na “personalidade” das crianças e dos adolescentes, de modificações em seus valores e do desenvolvimento de novas formas de conduta. O programa parece promover efeitos correccionais, corretivos e psíquicos nos seus usuários. Mas a pesquisa não informava com clareza quais eram os procedimentos empregados para produzir tais resultados, embora possamos identificar algumas das atividades oferecidas aos usuários: esporte, banda, coral e teatro, artes em geral, capoeira, aula de informática, reforço escolar etc.

A partir da pergunta a respeito da opinião das crianças e dos adolescentes sobre o que realmente significava para elas participar desse programa, os tabuladores das respostas obtidas deduziram o seguinte:

Analisando todas as colocações pode-se deduzir que os jovens realmente compreenderam o significado da proposta do Programa Social. Primeiramente citam ter deixado a vida na rua; buscaram mais aprendizado; veem a unidade como sua segunda casa; fizeram novas amizades; recebem educação e coisas boas; dando-lhes segurança para o futuro e melhor qualidade de vida. Outras particularidades são o aprendizado de respeito às pessoas; local de muito amor, felicidade, melhorando sua autoestima, tirando-os das drogas e mau caminho. Os pais/mães constataram ter ocorrido mudanças nos seus filhos, após seu ingresso no programa, [...] podendo constatar mudanças de comportamento; desempenho escolar; responsabilidade; felicidade; autoestima e disciplina (Ibid., p.33-34).

Novamente podemos constatar os efeitos psicológicos, corretivos e preventivos do trabalho socioeducativo desenvolvido pelo programa, revelando uma perspectiva nitidamente patologizante das crianças e adolescentes pertencentes às classes populares. Nas conclusões do documento encontramos o seguinte:

A proposta do programa municipal para crianças e adolescentes atende plenamente as expectativas dos jovens e familiares, pois além de oferecer oportunidade de crescimento e segurança social, educacional, psicológico e comportamental, oferece uma alimentação nutritiva e com qualidade. O tempo em que as crianças/adolescentes permanecem na unidade contribui para o seu desenvolvimento social, com formação de opinião crítica e capacidade em tornar-se um cidadão conhecedor dos seus direitos e deveres, bem como a formação profissional adequada para o enfrentamento do mercado de trabalho. Assim, a missão das entidades públicas do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente em defender os interesses dos jovens em risco social, promovendo ações de atendimento nas áreas de esportes, lazer, recreação, cultura e educação está sendo plenamente atendida, garantindo aos mesmos melhor qualidade de vida. O programa ana-

lisado contemplou um trabalho de atendimento à população local, otimizando práticas diversas, exercitando os direitos de cidadão e oferecendo aos familiares acesso a programas assistenciais para minimizar os problemas de desigualdades sociais vivenciados no cotidiano (Ibid., p.35-36).

Agora os efeitos psicológicos e pedagógicos do programa se explicitam, além de aparecer ressaltada a dimensão de cidadania, entendida como “conhecimento de direitos e de deveres” e como profissionalização. Esse programa, quando muito, “minimiza” os problemas advindos das desigualdades sociais, mas não tem ambição transformadora. Suspeitamos que ele tende mais a promover um conformismo obediente e submisso nas crianças e adolescentes, promovendo-as para inseri-las na vida social e no mercado de trabalho, do que desenvolver sua cidadania por meio da formação da consciência crítica e de uma atitude de luta e de reivindicação dos seus direitos, por meio da organização popular.

### **Outra pesquisa sobre o programa público de atendimento à criança e ao adolescente realizada no mesmo município pesquisado**

Justo (2003) realizou uma pesquisa de doutorado no ano de 2001, na qual investigou a política de Assistência Social à infância no mesmo município no qual fizemos nossa investigação, visando conhecer a situação das crianças e adolescentes de rua, realizando um trabalho de campo numa das entidades públicas que executam o programa municipal de atendimento a crianças e adolescentes. Coincidindo com nossas percepções, a pesquisadora afirma que:

Muitas vezes os programas de atendimento a essas crianças e adolescentes limitam-se a prover alimentação, oferecer atividades de reforço escolar e, quando muito, oferecem algumas de caráter pro-

fissionalizante, mas sem auscultar devidamente suas aspirações. Além disso, as famílias não são atendidas no que mais precisam: políticas de geração de empregos. Ao contrário, ainda subsiste o uso político da doação de cestas básicas àquelas mais necessitadas, embora esse assistencialismo já tenha sido alvo de inúmeras críticas e questionamentos (p.26).

A autora constrói um interessante percurso teórico, descrevendo um olhar histórico sobre a infância e a assistência à criança e ao adolescente, lançando mão de uma rica revisão da literatura, recorrendo a autores clássicos nessa temática e problematizando a difícil e ainda não realizada passagem da *criança minorizada e criminalizada* para a *criança sujeito de direitos* na sociedade brasileira, no âmbito da Assistência Social. A partir de textos freudianos, kleinianos, de trabalhos de Joel Birman, Jurandir Freire Costa e Contardo Calligaris, entre outros, discute ainda o importante tema da violência que permeia a vida das crianças e adolescentes de rua e suas famílias, os efeitos nefastos do processo de globalização, que violentam e negam a infância na realidade brasileira, demonstrando que a globalização, além do processo de exclusão social, também incide na produção de subjetividade e socialidade contemporâneas, negando a infância para as crianças e obrigando-as a “trabalhar” de alguma forma para sobreviver (Ibid.). Justo tece importantes considerações sobre como a violência da sociedade narcisista afeta crianças e adolescentes, impondo a exigência do consumo e do exibicionismo, além de discutir a questão fundamental das relações dessas crianças e adolescentes com a instituição escolar. Depois de apresentar as mazelas da escola pública no Brasil e de suas relações autoritárias com a clientela vinda das classes populares, recolhendo a percepção desses alunos com relação a essa escola, ela concluiu que:

Para muitos adolescentes de famílias pobres, o sonho de uma vida melhor acabou, não é mais crível que os esforços para manter uma vida idônea, trabalho honesto e afincado nos estudos se tradu-

zirão em melhoria da qualidade de vida, bom emprego e salário digno (p.136).

Vale destacar também algumas observações perspicazes de Justo relativas à trama institucional do atendimento à criança e ao adolescente no município:

Deve-se, portanto, levar em conta algumas dificuldades que têm contribuído para tornar mais morosa a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente na prática, não somente no município: para certas instituições de cunho religioso ou não, que assistem ao setor infanto-juvenil há tempos e viam sua clientela como objeto de tutela, está sendo difícil trabalhar com a noção de criança enquanto “sujeito de direitos”, tal qual apregoa o ECA; falta ainda à população conhecer mais, conferir legitimidade e reconhecimento às propostas do Estatuto; além disso, não se pode desconsiderar o fato de que os valores de proteção e defesa dos direitos da infância majoraram o interesse comercial, a disputa por obtenção de recursos e de poder. Sabe-se que trabalhar com crianças em situação de vulnerabilidade, hoje, rende benefícios políticos incalculáveis (Ibid.).

A pesquisa de Justo é exemplar para entendermos que problemas complexos exigem abordagens igualmente complexas, multidisciplinares e transdisciplinares para sua análise e diagnóstico, visando a encaminhamentos que possam equacioná-los. Mais uma vez, confirmamos a percepção de que os gestores públicos e os educadores que trabalham com as crianças e adolescentes em entidades assistenciais precisam de uma formação esmerada para fazê-lo com qualidade, competência e eficácia. Quanto aos educadores que trabalham nas entidades que executam o programa municipal para crianças e adolescentes, Justo explica que

os pontos negativos que sinalizavam sua insatisfação com o trabalho referiam-se basicamente ao baixo salário, ao excesso de

trabalho e à necessidade de mais profissionais, à falta de cursos de capacitação para desenvolverem atividades diferentes e atrativas para os meninos, à falta de uma orientação psicológica para os educadores (alguns diziam sentir insegurança no desempenho da função) e à necessidade de mais reuniões com a coordenadora da casa [...]. Não obstante algumas críticas à instituição, as representações dos educadores sobre a entidade são, em geral, positivas. Destacaram o apoio dado às famílias, mediante doação de cestas básicas e o reforço escolar dado às crianças (p.159-160).

Não é difícil notar uma preocupação de cunho social ainda fundamentada numa perspectiva assistencialista e no modelo de educação compensatória quando conversamos com os educadores. Justo também recolhe a questão do “trabalho com a família”, visando ensinar noções de higiene, dar educação e limites para as crianças, além de procurar resgatar a autoestima dos pais, presente no discurso dos educadores. Mas a pesquisadora ressalta lucidamente que “o fundamental para se tentar reverter a situação da criança de rua não é ‘trabalhar com a família’, mas a família ter trabalho, evitando-se a mendicância ou trabalho infantil” (p.161-162).

### **Perspectivas atuais do plano de trabalho institucional socioeducativo das entidades públicas municipais**

As entidades públicas que atendem a crianças e adolescentes já totalizavam 11 unidades no ano de 2010. Muito embora a gestora da SMAS dessa época já não esteja mais no comando da pasta da Assistência Social no município, o novo responsável por esse setor continuou a expandir esse programa municipal e inaugurou novas unidades de atendimento. O programa era o carro-chefe da SMAS. Vamos apresentar a seguir o plano de trabalho tal como reelaborado em 2008.

**PLANO DE TRABALHO DA ENTIDADE PÚBLICA DO ANO DE 2008****I – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO****II – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

O município está localizado na XI.<sup>a</sup> Região Administrativa do Estado de São Paulo, constituída na década de 20, completou 79 anos de emancipação política em 04/04/08, com a população de 218.133 (duzentos e dezoito mil, cento e trinta e três) habitantes, segundo Censo do IBGE/2007, e com taxa de crescimento anual (2000/2005) de 2,05%; população criança/adolescente/jovem 44%; 10,5% idosos; 8,9% pessoa com deficiência; 0,079% migrante; 0,025% população de rua. O município, apesar de localizado em uma das regiões mais pobres do estado de São Paulo, tem apresentado condições mais favoráveis no que diz respeito a sua dimensão econômica. Seu Parque Industrial é destaque na região, com uma significativa produção no setor alimentício, metalúrgico, além de desfrutar de um comércio varejista de ampla influência micro regional, especialmente nos setores social, educacional e sistema de saúde. Contudo, o município possui ainda uma fração significativa da população em condições desfavoráveis de privação socioeconômica. A estrutura periférica do município apresenta-se extremamente marcada desde sua origem por favelas que se desenvolvem basicamente em razão do êxodo rural e do desemprego. No município atualmente existem 17 (dezesete) favelas, com uma população de 5.980 (cinco mil, novecentos e oitenta) pessoas (dados da UNESP 2003). As transformações decorrentes do processo de globalização acabam por penalizar, de forma significativa, as parcelas desfavorecidas da população. Desta forma, jovens e adultos que trabalham, em sua grande maioria, no mercado informal, dispõem de uma formação profissional insuficiente, o que dificulta e, muitas vezes, impossibilita a sua inserção no mercado formal de trabalho. O desemprego é reflexo de um sistema socioeconômico em desequilíbrio, no qual as grandes empresas ditam as regras de mercado, exigindo cada vez mais especialistas em seus quadros de funcionários, cooperando para a ampliação da desorganização familiar,

violência doméstica e social, comprometendo, inclusive, a defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

### **III – JUSTIFICATIVA**

Todas as crianças e adolescentes devem ser respeitados como sujeitos de direitos, tanto individuais como sociais, que possuem necessidades de proteção integral, visando seu pleno desenvolvimento, conforme o Estatuto da Criança e Adolescente, o ECA, Lei Federal n.º 8069/90, criado para preservar os direitos das crianças e adolescentes, estimulando a permanência destes em seu meio social, desenvolvendo um trabalho abrangente e integrado com a presença da família e da comunidade através da implantação de políticas públicas. Os direitos humanos são direitos inalienáveis e devem ser protegidos em todas as instâncias de todas as Nações. Sendo assim, toda criança e adolescente deve ter sua integridade física e moral preservadas por toda sociedade. Portanto, é preciso dizer não à banalização da violência que estas crianças enfrentam em seu cotidiano e proteger a sua existência humana, permitindo assim o seu pleno desenvolvimento enquanto sujeito em formação. No Município, através de pesquisa realizada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente em março de 1996, constatou-se um número de 55 (cinquenta e cinco) crianças/adolescentes nas ruas, entre 05 (cinco) e 16 (dezesesseis) anos de idade, provenientes de favelas localizadas nas imediações das zonas urbanas do município, sujeitos a inúmeros riscos pessoais e sociais. Frente a essas questões e de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Secretaria Municipal de Assistência Social priorizou o atendimento a este segmento. O presente projeto busca alternativas que possam minimizar as dificuldades enfrentadas pela população em situações de vulnerabilidade social. Tais alternativas devem favorecer a mudança de paradigma: do clientelismo e dependência para a responsabilidade e o exercício pleno da cidadania pelas famílias, crianças e adolescentes. No ano de 1997, o projeto municipal atendeu a demanda existente com 60 crianças e adolescentes oriundas de situação de vulnerabilidade social por estarem nas

ruas. Hoje (2008) o Projeto conta com oito (08) Unidades em funcionamento, atendendo aproximadamente a 1200 crianças e adolescentes, trabalhando com ações preventivas, iniciação profissional e encaminhamentos.

#### **IV – OBJETIVOS**

##### **1. – Geral**

Oportunizar as crianças e adolescentes aprendizagens essenciais na área educativa, sociopolítica, lazer e saúde, proporcionando a estes e seus familiares condição de cidadãos autônomos, participativos e críticos do mundo, tornando-os capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade.

##### **2 – Específicos**

**2.1** – Propiciar às crianças e adolescentes atividades educativas, culturais e esportivas, com vistas a mudanças qualitativas no processo de construção da sua identidade (valores, atitudes, percepções e formas de socialização); **2.2** – Possibilitar o acesso das crianças, adolescentes e respectivas famílias à rede de serviços públicos e privados, estimulando seu acesso, permanência e/ou retorno à escola; **2.3** – Sensibilizar a família a respeito de sua responsabilidade frente à educação da criança e adolescente enquanto primeiro e principal espaço de referência, proteção e socialização; **2.4** – Proporcionar às crianças e adolescentes oportunidades de desenvolver uma consciência política e social, conhecendo seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

#### **V – PÚBLICO-ALVO**

Crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 07 a 17 anos e 11 meses, oriundas de famílias em situação de vulnerabilidade social, econômica e psicológica, com baixa qualificação profissional; baixo índice de escolaridade; desempregados ou subempregados, com renda familiar de até dois (02) salários mínimos, com vínculos afetivos fragilizados, e na sua grande maioria provenientes de bairros da periferia do município.

#### **VI – METAS**

Atender a 404 (quatrocentos e quatro) crianças e adolescentes de ambos os sexos.

## VII – METODOLOGIA

O atendimento nas unidades do programa municipal busca atender as especificidades de sua clientela sem, contudo, deixar de cumprir os objetivos geral e específico do Projeto. Diferencia-se o atendimento da Unidade I, por ser o centro de triagem e encaminhamento para as demais unidades do projeto.

**A Unidade I da entidade pública** mantém contato sistemático junto às crianças e adolescentes nas ruas, intervindo na realidade dos mesmos por meio de práticas educativas que propõem mudanças qualitativas no processo de construção da própria identidade, revendo valores, atitudes, percepções, representações mentais e formas de socialização, estimulando o desejo de deixar as ruas como espaço de moradia e sobrevivência. Para o desenvolvimento dessas tarefas, a Unidade conta com uma equipe de educadores sociais que desenvolvem as seguintes atividades em quatro fases: 1 – Observação e aproximação da criança e adolescente; 2 – Relação interativa, estabelecimento de uma relação mais próxima dos educadores com os educandos por meio de contatos verbais e atividades; 3 – Fase do acolhimento – fortalecimento dos vínculos com objetivo de construir com o educando um projeto de vida, para que deixe as ruas como meio de sobrevivência. 4 – Após a demonstração do interesse da criança ou adolescente em deixar as ruas, este é encaminhado para uma unidade próxima à sua moradia para dar continuidade a um processo de inserção social que lhe permita o acesso e o exercício dos direitos e favoreça a saída integral das ruas. No processo de inclusão do educando na unidade, a família passará por triagem, através do preenchimento do relatório social, analisando sua situação socioeconômica familiar através de uma entrevista inicial com pais ou responsáveis e posterior visita domiciliar.

Nas demais unidades do programa as crianças e adolescentes frequentam as Unidades em período inverso ao escolar, participando de atividades que proporcionem o exercício da cidadania, a valorização do meio ambiente e da cultura popular, visando estimular o desejo de aprender, provocando a adaptação a uma nova rotina de

vida, buscando a organização pessoal, socialização, capacidade de trabalhar em parceria, compreender e respeitar as regras nas atividades, viabilizando maior autonomia para gerir a própria vida na escola, na família e na comunidade.

As crianças e adolescentes são encaminhadas para as unidades do programa municipal através: da comunidade, Conselho Tutelar, Fórum, escolas públicas, unidade básica de saúde, unidade de saúde da família e Unidade I do programa municipal.

No processo de inclusão a família passará por triagem através do preenchimento do relatório social, analisando a situação socioeconômica familiar através de uma entrevista inicial com pais ou responsáveis e posterior visita domiciliar. O passo seguinte é o esclarecimento quanto ao objetivo do projeto, seu funcionamento, as regras e regimento interno da Unidade e apresentação da Unidade e da equipe.

Uma vez efetivada a inclusão da criança ou adolescente na Unidade, o mesmo deverá compreender e se adaptar à rotina da Unidade, que oferecerá: aulas de dança, música, atividades esportivas desenvolvidas através do Programa Segundo Tempo, educação física, taekwondo, canto, apoio à tarefa, artesanato, recreação, jogos, lazer, passeios, teatro.

Os profissionais das unidades fazem a articulação de ações com a rede de proteção estabelecida no município com o objetivo de promover serviços integrados, envolvendo as áreas de Assistência Social, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, justiça, entre outros, para as crianças e adolescentes e seus familiares.

No trabalho com as famílias prioriza-se o acolhimento e a organização em torno de grupos ou associações, de forma que as famílias se sintam amparadas, instrumentalizadas e fortalecidas para mudar sua situação e as condições de vida familiar e comunitária. Essas ações serão concretizadas através de reuniões socioeducativas, visitas domiciliares, encaminhamentos aos recursos da comunidade num trabalho conjunto com o assistente social e psicólogo.

O desligamento do Projeto dar-se-á por vários motivos: 1 – Abandono por desinteresse da criança ou adolescente e/ou desinteresse

da família pela permanência da criança ou adolescente no Projeto; 2 – mudança de cidade e/ou mudança de bairro, se não houver unidade próxima da residência para se efetivar a transferência; 3 – Quando atinge a idade de 18 (dezoito) anos; 4 – Registro de 30 (trinta) faltas consecutivas e injustificadas nas atividades; 5 – Quando há caso diagnosticado com necessidade de acompanhamento e tratamento médico contínuo na área de saúde mental e neurologia e a família se omitir de sua responsabilidade no tratamento e acompanhamento, haverá desligamento e comunicação imediata ao Conselho Tutelar.

### VIII – AVALIAÇÃO

As ações da equipe serão monitoradas e avaliadas de forma sistemática, com participação de todos os envolvidos propiciando assim aferição de resultados, reformulação de metodologia e estratégias, pontos de dificuldades. Será priorizada a avaliação qualitativa da criança e do adolescente, verificando mudanças comportamentais, de valores, relações sociais, responsabilidade e participação. Outra preocupação para a avaliação será o atendimento às normas e metas institucionais e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de prevalecer o fortalecimento do trabalho em rede e a construção de uma cultura de solidariedade cidadã.

Como podemos observar, há algumas mudanças no novo plano de trabalho. O texto original foi alterado, e um discurso claramente filantrópico-correcional, policialesco e profissionalizante que predominava na versão primitiva quase desapareceu. O que teria produzido tal alteração? Um esforço de autocrítica? Provavelmente não. Tais modificações se devem possivelmente apenas a razões mais pragmáticas do cenário político municipal e, inclusive, talvez certa necessidade de atualizar e modificar a redação de projetos, mas sem alterar substancialmente a prática.

A dimensão da capacitação profissional desapareceu, e em seu lugar, as unidades de atendimento foram reduzidas a espaços socioeducativos, de lazer e de reforço escolar. Certamente as atividades

profissionalizantes são mais caras – elas dependem de convênios com diversas agências e empresas, o que dificulta sua manutenção. Já para o desenvolvimento das atividades “pedagógicas” tradicionais, são necessários apenas professores e educadores sociais. Haveria então uma predominância do “socioeducativo” no plano de trabalho atualizado, como se pode depreender a partir do objetivo geral.

Uma das funções das entidades de atendimento público à criança e ao adolescente seria inseri-lo e atrelá-lo às agências públicas de Educação, de Saúde e de Assistência Social. A intenção de intervir na interioridade psicológica dos indivíduos também é clara, pois as atividades educativas, culturais e esportivas teriam como finalidade promover mudanças qualitativas na construção da identidade (valores, atitudes, percepções e formas de socialização) das crianças e adolescentes. Esse aspecto reaparece no item “avaliação”, confirmando nossa leitura: “Será priorizada a avaliação qualitativa da criança e do adolescente, verificando mudanças comportamentais, de valores, relações sociais, responsabilidade e participação”.

Mantém-se a perspectiva da responsabilização da família por suas crianças e adolescentes, além da vontade de ensinar os direitos e, sobretudo, os deveres para os usuários do programa municipal.

Nas unidades de atendimento, pretende-se imprimir nos usuários hábitos específicos, inculcando neles a organização, o trabalho em grupo e o respeito às regras, por meio de sua “adaptação à rotina” socializadora da entidade, promovendo sua autonomia. As atividades que compõem o currículo são as típicas: aulas de dança, de coral, de esportes, de artesanato etc.

A referência ao ECA é clara e adequada. As ideias de “fortalecer o trabalho em rede” e de promover a “construção de uma cultura solidária cidadã” são louváveis. Mas será que isso não passa de retórica, sendo contraditórias com relação aos diversos outros sentidos embutidos na proposta? Será que esses estabelecimentos são capazes de “favorecer a mudança de paradigma: do clientelismo e dependência para a corresponsabilidade e o exercício pleno da cidadania pelas famílias, crianças e adolescentes”?

## O plano de trabalho institucional da entidade assistencial pública 2

Vamos apresentar o plano de trabalho da entidade pública 2, conforme consta nos arquivos do CMDCA:

### PLANO DE TRABALHO DA ENTIDADE

**I. Justificativa:** a entidade foi inaugurada no dia 04 de abril de 1998, visando à continuidade na implantação de locais que atingissem os objetivos do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente, visando atender a demanda de crianças e adolescentes residentes na zona sul da cidade (periferia) que estivessem incluídas nos critérios de admissão do mesmo. **II. Objetivos:** a equipe de trabalho em toda sua ação procura atingir os objetivos traçados pelo programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente, os quais transcrevemos a seguir:

**Objetivo Geral:** oportunizar às crianças e adolescentes aprendizagens essenciais na área educativa, sociopolítica, lazer e saúde, proporcionando a estes e seus familiares condição de cidadãos autônomos, participativos e críticos do mundo, tornando-os capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade.

#### **Objetivos específicos:**

1. Proporcionar às crianças e adolescentes atividades educativas, culturais e esportivas com vistas a mudanças qualitativas no processo de construção da sua identidade (valores, atitudes, percepções e formas de socialização);
2. Possibilitar o acesso das crianças, adolescentes e respectivas famílias à rede de serviços públicos e privados, estimulando seu acesso, permanência e/ou retorno à escola;
3. Sensibilizar a família a respeito de sua responsabilidade frente à educação da criança e adolescente enquanto primeiro e principal espaço de referência, proteção e socialização;
4. Proporcionar às crianças e adolescentes oportunidades de desenvolver uma consciência política e social, conhecendo seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

**III. Caracterização dos usuários:** crianças e adolescentes na faixa etária de sete a dezessete anos e onze meses, ambos os sexos. Um número significativo delas apresenta: problemas na aprendizagem e defasagem escolar; problemas de comportamento: irritabilidade, agressividade, indisciplina, intolerância nas relações sociais; condição de higiene precária; carências afetivas e materiais. As crianças e adolescentes são oriundas de famílias com baixa renda, ganhando o máximo de um salário mínimo; têm número elevado de pais desempregados, vivendo de trabalhos esporádicos, sendo predominantes as atividades de catador de lixo reciclável, construção civil (servente de pedreiro), as mulheres se dedicam a serviços domésticos; sem qualificação profissional e têm baixa escolaridade; apresentam índice significativo de analfabetismo. As famílias vivem em condições de habitação precárias – residindo em favelas (barracos) ou casas, na maioria, inacabadas, mal construídas e em precário estado de conservação e higiene. As condições emocionais das famílias são fragilizadas – apresentam sérios conflitos familiares, inadequação na educação dos filhos, presença de violência doméstica (maus tratos físicos e psicológicos). Há um índice elevado de pai ou padrasto alcoólatra; com resistência a tratamentos psicológicos ou psiquiátricos. Os próprios pais são oriundos de famílias vivendo em grave situação de vulnerabilidade social, econômica e psicológica.

A entidade abrange a população residente em bairros da periferia: Vila Real; Parques das Azaleias; Monsenhor Toffoli; Monte Castelo; Jardim Nacional; Nova Cidade IV e III; Jardim Planalto; Teotônio Vilela; Pq. Dos Ipês. Sendo a maior demanda vinda do Parque das Azaleias, Vila Real e Toffoli.

A entidade abrange um território no qual estão presentes as seguintes escolas: E.E. José Alfredo de Almeida; E. E. Pe. João Walfrido Rothermund; E.E. Nasib Cury; EMEF Prof<sup>a</sup>. Myrthes Pupo Negreiros; E.E. Prof<sup>a</sup>. Filomena Ottaïama Losasso; E.E. Prof<sup>a</sup>. Sylvia Ribeiro de Carvalho; EMEF Paulo Reglus Neves Freire; EMEF Nivando Mariano dos Santos.

**IV. Meta:** atender, no ano de 2010, cento e vinte crianças divididas em duas turmas, sendo sessenta no período da manhã e sessenta no período da tarde.

**V. Metodologia de trabalho:** crianças e adolescentes serão matriculados durante o ano todo, sempre que houver disponibilidade de vagas e estiver atendendo aos critérios impostos pelo Projeto. A matrícula é efetuada através de entrevista da assistente social com pais ou responsáveis e apresentando xerox da certidão de nascimento e declaração escolar de matrícula e frequência. Na oportunidade a família recebe o documento “direitos e deveres das crianças e adolescentes da entidade”. Serão convocados para inclusão os casos previamente analisados pela assistente social através da ficha de solicitação de vagas e visita domiciliar quando necessário.

A Unidade oferecerá aos usuários os seguintes atendimentos:

1. Atividades desenvolvidas com as crianças e adolescentes na entidade: todas as atividades pedagógicas serão dirigidas pelos educadores sociais e professores de esporte, focando os objetivos a serem alcançados pela entidade, bem como visando a auxiliar no desenvolvimento global (físico, psíquico e social) da criança e do adolescente. As atividades serão desenvolvidas conforme quadro de horário das atividades e de acordo com o planejamento das atividades. Além das atividades desenvolvidas, crianças, adolescentes e famílias receberão atendimento social e psicológico, visando a atingir os objetivos do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente como integrantes de um trabalho em equipe.
2. Atendimento social: tem como metodologia de trabalho o atendimento individual às famílias para reserva de vagas, efetivação de matrícula e acompanhamento familiar; realiza atendimento às crianças e adolescentes quando necessário para complementar o acompanhamento familiar bem como para orientação individual; realiza visitas domiciliares para conhecimento da realidade no local de moradia do usuário; realização de encaminhamentos à rede de serviços e busca de parcerias com os integrantes da rede; promover reuniões mensais com as famílias.

3. Atendimento psicológico: atendimento individual ou grupal com crianças e adolescentes e famílias; auxiliar a encarregada da entidade no trabalho com a equipe.

#### **VI. Atribuições dos funcionários:**

1. Coordenadora: encarregada de planejar, executar e avaliar as ações com a equipe; organizar e administrar a entidade pela qual é responsável; orientar, disciplinar e assessorar funcionários para o cumprimento das ações; contribuir, visando à melhoria dos serviços prestados; participar na elaboração, formulação e implementação das atividades e ações desenvolvidas na entidade; comunicar à coordenação geral do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente os avanços, as dificuldades e as mudanças ocorridas na entidade; apresentar relatório mensal das atividades; realizar reuniões com a equipe.

2. Auxiliar da coordenadora: auxiliar a coordenadora na organização e controle dos programas “Renda Cidadã”, “Ação Jovem” e “Bolsa Família”; auxiliar no cadastramento e recadastramento de famílias nos programas “Renda Cidadã”, “Ação Jovem” e “Bolsa Família”; acompanhar a assistente social nas visitas domiciliares e aos equipamentos comunitários para maior conhecimento da realidade e aproximação com a comunidade; informatizar os dados necessários ao trabalho da entidade; digitar as convocações para reuniões, relatórios, convites etc.; participar nas reuniões mensais com famílias; substituir as educadoras em momentos de ausência das mesmas (abonadas, horas, cursos, etc.). Em momentos críticos também deve auxiliar no atendimento em geral das crianças. Quando possível, dar atendimento individualizado às crianças que apresentam sérios problemas de comportamento, quando estas prejudicam o andamento de uma atividade. Auxiliar nas demais atividades administrativas (reserva de vagas, matrícula e re-matrícula, controle de entrada e saída de crianças da Unidade, atendimento de telefone; arquivamento de documentos, organização de prontuários etc.), organizar o material para doações; substituir a coordenadora em momentos de ausência (reuniões externas, abonadas, férias, licenças etc.).

3. Educadores sociais: preparar o semanário para planejamento das atividades e entregar à coordenadora toda segunda-feira; controlar e estimular a frequência dos alunos; comunicar à coordenadora mensalmente o movimento de faltas das crianças; estar sempre presente nos locais onde houver crianças em atividade; zelar pelo material utilizado; estar atento ao bem-estar físico e emocional da criança ou adolescente; comunicar sempre à coordenadora e psicóloga quando observar ou presenciar problemas de comportamento das crianças e adolescentes; anotar ocorrências de comportamentos inadequados; entregar documentos, planejamentos no tempo determinado; colaborar com a equipe.

4. Merendeira: planejar e preparar as refeições; manter a organização, conservação e higiene na cozinha, equipamentos e depósito de alimentos; controlar a permanência do pessoal na cozinha; planejar o trabalho do auxiliar de serviços gerais na cozinha; controlar o estoque de alimentos e comunicar à coordenadora; comunicar por escrito sempre que observar alimentos deteriorados ou com data de validade vencida; não permitir a entrada das crianças na cozinha.

5. Serviços gerais: zelar pela limpeza e conservação de todas as dependências da Unidade; manter limpas e organizadas as roupas (toalhas de mesa e banho, uniformes do coral); colaborar com a equipe sempre que solicitado pela coordenadora; atender ao portão da unidade; colaborar na cozinha quando da ausência de merendeira.

**VII. Avaliação:** o plano será avaliado através de reuniões com a equipe semestralmente e mensalmente com as educadoras em relação às atividades.

**VIII. Recursos humanos existentes:** 1 assistente social e coordenadora; 1 psicóloga (3 vezes por semana 2<sup>a</sup>/4<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> feiras); 3 educadores sociais; 1 professor de esporte (2<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> feiras); 1 professor de taekwondo (2<sup>a</sup> feira de manhã, 3<sup>a</sup> feira à tarde e 5<sup>a</sup> feira à tarde); 1 merendeira; 1 auxiliar de serviços gerais; 1 voluntária de atividade artesanal (bordado); 1 estagiária de psicologia (voluntária cedida pela parceria com a ONG “Psicologia e

Integração Social”). Recursos humanos necessários: 1 assistente social que desempenhe somente essa função sem acumular a coordenação; 1 auxiliar de serviços gerais.

Merece destaque a “caracterização dos usuários e seus familiares”, pois revela o olhar dos técnicos e educadores sobre as características e condições de vida dos membros das classes sociais oprimidas e exploradas. Parece tratar de um olhar preconceituoso e ingênuo, que embora reconheça os problemas, parece remetê-los, sem mais, aos indivíduos, como se eles fossem os culpados pelas próprias condições precárias. Há um olhar clínico e patologizante sobre as crianças e adolescentes e também sobre as famílias, presumindo “problemas de aprendizagem”, “carências afetivas” e “problemas de comportamento” que seriam de origem endógena, como se tais indivíduos não estivessem se desenvolvendo num contexto social e histórico bastante específico. Os pressupostos sociológicos que depreendemos do plano de trabalho e de sua prática parecem calcados numa teoria social funcionalista bastante tradicional. Observamos também que a entidade pública 2 ainda cadastra usuários nos programas “Renda Cidadã”, “Ação Jovem” e “Bolsa Família” – atribuição que seria do CRAS.

Toda entidade precisa de regras para seu adequado funcionamento. Tivemos acesso ao conjunto de regras formais que a entidade assistencial pública 2 propõe para seus usuários e familiares:

### **I. Direitos e deveres das crianças e adolescentes da entidade**

**Direitos:** 1. Receber da entidade tratamento digno como criança e adolescente; 2. Ter o direito de dar sempre a sua opinião, sugerir e questionar; 3. Receber orientação sempre que necessário; 4. Ser respeitado em sua individualidade, não ser ofendido nem comparado a outros; 5. Não ser tratado de forma diferente.

**Deveres:** 1. Ter responsabilidade e respeitar os horários das atividades; 2. Chegar na hora certa e não faltar sem justificativa; 3. Obedecer às regras combinadas; 4. Tratar todos com respeito; 5. Cuidar dos equipamentos (plantas, brinquedos, móveis e prédio)

e colaborar na limpeza da Unidade; 6. Cuidar de seus objetos pessoais (sapatos, roupas e material escolar).

## **II. Regras da entidade**

1. Não atrapalhar as atividades com brigas, conversas e tumultos, bem como não se ausentar da sala sem autorização do educador; ter responsabilidade quanto à participação nas mesmas;
2. Não trazer objetos na entidade (brinquedos, alimentos, celular, objetos cortantes, armas de fogo, etc.);
3. É proibido brigar, xingar e usar palavrões;
4. Não acusar qualquer pessoa de erros sem ter provas;
5. É proibido subir no telhado, nas grades e traves da quadra, nos muros ou pular nos vizinhos, casa do caseiro, sem autorização dos educadores;
6. É proibido no pátio interno: jogar bola, mexer nos enfeites de parede, andar de bicicleta, correr, usar o orelhão sem autorização, jogar chinelo;
7. Não pegar objetos de outras pessoas ou da entidade;
8. Todos deverão estar na fila da oração no horário determinado;
9. Comportar-se com respeito durante os horários das refeições;
10. As meninas deverão se apresentar adequadamente vestidas (evitar minissaia, shorts curto, miniblusas);
11. É proibido escovar dentes, lavar as mãos, a cabeça e os pés nos bebedouros;
12. O horário de entrada na entidade no período da manhã é das 07:45 h. às 08:15 h., e no período da tarde das 12:45 h. às 13:15 h. – após este horário o portão será fechado, e a criança só poderá entrar se trazer um bilhete do responsável, explicando o motivo do atraso.
13. Apresentar atestado médico, (no caso de doenças), ou atestado escolar (reforço escolar) quando precisar se ausentar por vários dias.

## **III. Responsabilidade dos pais junto ao trabalho da entidade**

Os pais são os primeiros e principais educadores de seus filhos. Para que possamos ajudá-los nesta tarefa, precisamos da união entre a família e a entidade. Os pais devem ajudar: 1. Dando uma

boa educação a seus filhos e demonstrando interesse por suas atividades, inclusive as da entidade; 2. Informando-se sobre as atividades da entidade e estando presente em todas as reuniões; 3. Conhecer as regras da entidade para nos ajudar a ensinar às crianças e adolescentes o respeito às mesmas; 4. Garantir que seu filho seja pontual e assíduo; 5. Comunicar à entidade sempre que seu filho precisar se ausentar por mais de três dias; 6. Ensinando aos filhos por palavras e exemplos, o respeito às regras, aos funcionários e aos direitos dos outros; 7. Cuidar para que seu filho não chegue muito antes da hora de entrada e não permaneça na rua após o término das atividades da entidade; 8. Procurar a coordenadora sempre que observar algum problema com seu filho em casa ou na entidade; 9. Comparecer à entidade sempre que for solicitada pela coordenação ou psicólogo para atendimentos ou reuniões; 10. Comunicar à coordenadora quando seu filho for se desligar da entidade; 11. Evitar mandar os filhos doentes para a entidade.

Diante do conjunto de direitos, dos deveres dos usuários, das regras de funcionamento da entidade e das responsabilidades atribuídas aos pais, pensamos que a entidade desempenha uma função educacional muito semelhante ao modelo escolar. Também vemos que os profissionais da entidade, ao proporem tal conjunto de normas e regras, se apresentam como os representantes da ordem social institucionalizada e da normalidade, à qual as crianças, os adolescentes e as famílias empobrecidas devem se adaptar. Trata-se de integrar os pobres ao sistema social dominante, sem questionamentos. Há uma preocupação com a oração, com um comportamento moral adequado e com uma disciplina na conduta, que devem ser inculcadas nos usuários e familiares, visando corrigir sua educação e socialização consideradas deficientes e precárias. Isso seria realizado pela modelagem do seu comportamento, obtida com o cumprimento das regras.

Na entidade assistencial pública 2, as crianças e os adolescentes também são divididos em três turmas, de modo que as atividades socioeducativas possam ser feitas de acordo com grupos etários

específicos. Há o grupo das crianças pequenas, com idade entre 6 e 10 anos; o grupo das intermediárias, de 11 a 13 anos (no período da manhã) e de 12 a 14 anos (no período da tarde). Os adolescentes compõem o grupo de 15 a 18 anos. As atividades socioeducativas obedecem a um planejamento semestral:

### **Planejamento das atividades socioeducativas – Primeiro Semestre: 2010**

#### **I – Cultura popular e datas comemorativas**

1º - Carnaval: origem do carnaval; progresso; confecção de máscaras; desfile e baile de carnaval; músicas. Obs. Este tema será trabalhado através de pesquisas e trabalhos manuais, roda de conversa e letras de músicas.

2º - Aniversário da cidade: como surgiu esta cidade; como surgiu o nome; cultura e desenvolvimento. Obs. Este projeto será realizado através de pesquisas, textos e trabalhos manuais, como confecção de maquetes e cartazes.

3º - Páscoa: origem da páscoa e o significado; confecção de trabalhos sobre a páscoa. Obs. Este tema será trabalhado com pesquisas, leitura de textos e confecção de trabalhos.

4º - Dia do trabalho: profissões. Obs. Debate sobre algumas profissões, suas vantagens e desvantagens.

5º - Dia das Mães: trabalhos manuais (presente para as mães); dança e teatro.

6º - Festa Junina: confecção de bandeirinha; decoração do salão; ensaio da quadrilha; origem desta festa, comidas típicas, roupas, etc., festa. Obs. Este tema será trabalhado através de pesquisas, confecção de bandeirinhas e de objetos para a decoração e o ensaio da quadrilha.

7º - Folclore: lendas; folclore das regiões, confecção de pipas; parlendas; adivinhações; ditos populares; frases de caminhão, etc. Obs. Esta atividade será desenvolvida através de pesquisas, textos, bate-papos, cartazes, trabalhos manuais e outras atividades.

8º - Independência: textos e desenhos.

9º - Dia das Crianças: gincanas, brincadeiras, trabalhos manuais e festa comemorativa.

10º - Dia da Bandeira: textos e desenhos.

11º - Natal: confecção de cartas para os padrinhos, cartões, atividades artísticas, danças e uma linda festa.

## **II – Projetos que serão desenvolvidos**

1. Dentro do eixo cidadania, desenvolveremos vários projetos, como: regras; direitos e deveres (ECA); identidade, família e comunidade; discriminação racial; trabalho infantil; higiene e saúde; sexualidade; drogas; adolescência. Todos estes projetos serão desenvolvidos com roda de conversa, textos, confecção de cartazes, palestras, dinâmicas e filmes.

2. Dentro do eixo meio ambiente: água; energia; lixo; reciclagem. Todos estes projetos serão desenvolvidos com conscientização, roda de conversa, textos, palestras, dinâmicas, filmes, confecções de objetos através de material reciclado e experiências.

3. Oficinas (cultura): serão realizadas oficinas de artesanato, oficina de sucata, tapete de retalhos, bordados em vagonite, pano de prato, trabalho de artistas famosos (grandes mestres) e outros.

## **III – Atividades variadas**

Brinquedoteca: desenvolver atividades lúdicas, sociais e afetivas, despertando a responsabilidade, respeito e socialização.

Recreação e jogos: propor atividades recreativas e esportivas, onde as crianças e adolescentes participem com responsabilidade, respeitando as regras e a organização. Desenvolvendo assim a socialização, coordenação motora e noções de espaço.

Trabalhos manuais: (desenhos, pinturas, confecção de cartazes, lembrancinhas, etc.) – Desenvolver a capacidade motora, criatividade, concentração, habilidades manuais, responsabilidades, estímulo pelo gosto à arte e expressar sentimentos e emoções.

Filmes: serão exibidos de acordo com o tema que estiver sendo trabalhado.

Teatro, Música e Dança: desenvolvimento corporal, mental, noções de espaço e tempo, expressão individual e em grupo e capacidade de comunicação verbal.

Os horários são os mesmos nas diversas unidades que compõem o programa, inclusive com uma superposição de atividades e a divisão das crianças em subgrupos para participarem delas. Os educadores ou professores são poucos para o número de alunos, oferecendo uma educação de baixa qualidade, repetitiva e monótona, mesclando um pouco atividades escolares com atividades lúdicas. Alguns educadores circulam por várias unidades do programa municipal, trabalhando com grupos de crianças e adolescentes em dias e horários específicos. O “currículo” é incipiente, improvisado, parecendo servir mais para preencher o tempo e manter ocupadas as crianças e adolescentes no período que permanecem nos estabelecimentos socioassistenciais. São realizadas diversas atividades de rotina: apoio escolar, dança, coral, esportes, jogos de mesa, refeições etc. Notamos que as atividades socioeducativas são pouco planejadas, e os professores e educadores não devem gastar muito tempo com sua preparação, sendo que parece bastar procurar realizá-las no cotidiano do atendimento às crianças e aos adolescentes.

Entendemos que um atendimento com pouca qualidade teórico-técnica está longe da lógica do ECA, que afirma que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos. Mas a ideologia predominante na cultura institucional do poder público tende a vê-los como indivíduos “ociosos”, e por isso o programa municipal pretende preencher essa ociosidade, considerada potencialmente perigosa, com educação, socialização e formação moral. Como disse uma psicóloga numa conversa informal numa das nossas visitas de observação participante, seria possível dizer que as entidades públicas de atendimento à criança e ao adolescente no município se caracterizam por uma “filantropia paternalista”. Do que observamos concretamente, o município está investindo muito pouco ou apenas o mínimo, visando manter as entidades do programa num modo de funcionamento limitado e precário: os funcionários são poucos, sua preparação tende a ser insuficiente como educadores sociais e, além disso, os recursos para a aquisição de materiais são escassos.

Por meio do Plano de Ação Municipal PMAS-2009 (Secretaria Municipal de Assistência Social, 2009), documento que contém os

convênios municipais com a SEADS de São Paulo, sabemos que a entidade assistencial pública 2 recebe do Fundo Municipal de Assistência Social o valor anual de R\$ 111.045,77; do Fundo Estadual, R\$ 33.808,00 para custear seu funcionamento.

Vamos apresentar o planejamento para as atividades a serem realizadas com adolescentes durante o primeiro semestre de 2010:

### **Planejamento Geral - 2010. Turma: Adolescentes. 1º Semestre.**

#### **01- Datas comemorativas**

1.1- Carnaval: A origem do carnaval. Confecção de máscaras feitas com prato de papel, pintura e recorte e colagem de desenhos sobre esta data. Objetivo: conhecer as origens do carnaval e sua importância; desenvolver a criatividade e habilidades manuais.

1.2- Dia Internacional da Mulher: através de recortes de jornais e revistas, criar um mural sobre a mulher, pintura de desenhos com luz e sombra sobre a data. Objetivo: desenvolver a criatividade e a importância da mulher.

1.3- Páscoa: trabalhar o significado da páscoa e o que ela comemora. Leitura de texto sobre a origem da páscoa, confecção de lembrancinha da páscoa (reciclagem) e pintura de desenhos com luz e sombra sobre esta data. Objetivos: saber o significado desta data e a sua importância, desenvolver habilidades manuais e a criatividade de cada aluno.

1.4- Aniversário do município: conhecer como foi fundada a cidade, quem foram seus fundadores e o progresso até os dias de hoje. Realizar pesquisas, recorte e colagem para a montagem de um mural, pintura de luz e sombra ou técnicas de pinturas de desenhos sobre a data. Objetivos: conhecer melhor a sua cidade e saber apreciar as coisas boas que ela nos proporciona, também desenvolver a criatividade e habilidades manuais.

1.5- Dia do Índio: textos sobre os índios. Pintura de um desenho sobre a data (técnicas de pinturas). Objetivo: conhecer melhor a nossa história e a importância dos índios para o Brasil e sua população geral.

1.6- Dia do Trabalho: confecção de cartazes com os tipos de profissões e sua importância. Objetivos: conhecer os vários tipos de profissões e sua importância.

1.7- Dia das Mães: lembrança para as mães, mensagem carinhosa para as mães e pintura de desenhos sobre a data (técnicas de pinturas). Objetivos: a importância da mãe em nossas vidas, desenvolvendo a criatividade e o raciocínio.

1.8- Dia da Abolição da Escravatura: leitura de um texto sobre a abolição da escravatura e pintura de um desenho sobre a data (técnicas de pinturas). Objetivos: a importância do negro na construção da nossa história.

1.9- Festa Junina: ensaio da quadrilha, confecção dos enfeites para decorar a unidade, correio elegante e a realização da festa junina com as brincadeiras e comidas típicas. Objetivos: saber a importância desta festa para a cultura brasileira, os tipos de comidas e bebidas, desenvolvendo o raciocínio, a criatividade e a motricidade.

1.10- Copa do Mundo: o país que vai sediar a copa de 2010, o mascote escolhido, os países que irão participar, as tabelas dos jogos e os times que o Brasil irá enfrentar. Desenvolver atividades relacionadas à Copa, tais como palavra cruzada, desenhos, confecção de cartazes, etc. Objetivos: aprender como funcionam as competições, como as torcidas devem se comportar para não ter brigas, desenvolver habilidades manuais e a criatividade.

## **02- Atividades artísticas**

2.1- Fazendo artes com o mestre: a arte se define como a criação do homem com valores estéticos que sintetizam as suas emoções, suas histórias, seus sentimentos e sua cultura. A arte se apresenta de várias formas: a plástica, a música, a escultura, o cinema, o teatro, a arquitetura, a poesia etc. Há alguns anos atrás o bom aluno era aquele que fazia exatamente como o modelo (cópia), aos poucos essa prática foi dando lugar à expressão livre. Hoje cada atividade proposta precisa ser contextualizada, para que não se torne uma atividade solta. É preciso que o aluno entenda a razão de estar trabalhando aquela atividade e que conteúdo de artes está sendo abordado.

“Artista a ser trabalhado – Tarcila do Amaral”: bibliografia, apresentação de algumas obras da artista, possibilidades de trabalho. “A magia das cores”: neste item trabalharemos a obra abordando a pintura ou colagem com as cores (primárias, secundárias, neutras, frias quentes, contrastes monocroma, policromia, as cores da bandeira de um país ou time de futebol etc). “Colando papéis”: será trabalhada a colagem dos mais variados tipos de papéis. “Do bi ao tridimensional”: será tematizada a possibilidade de trabalhar a obra de bidimensional em tridimensional através de papéis, sucatas, modelagens etc. “Utilizando materiais alternativos”: a obra será trabalhada com materiais diferenciados (grãos, macarrão, tecidos, plásticos etc.). “O artista pelo próprio artista”: serão trabalhados duas ou mais obras do mesmo artista de maneira a integrá-las, dando um novo significado às obras. “Outras ideias”: outras possibilidades de técnicas ou materiais para a criação. Objetivos: conhecer o artista e saber sua importância na história das artes no mundo. Realizar leitura formal e interpretativa das obras de arte e reler ou refazer as obras, experimentando diferentes técnicas e materiais expressivos, sempre buscando seu jeito e seu próprio estilo. Expressar-se com diferentes técnicas e diferentes materiais expressivos.

## **2.2- Técnicas teatrais ou formas de contar história**

2.2.1- Fantoches: confecção de fantoches, confecção do painel para apresentação e a apresentação para os outros grupos.

2.2.2- Outras técnicas, como flanelógrafo e imantógrafo etc., como conhecimento e também farão a confecção do material para apresentação do grupo.

2.2.3- Apresentação de pequenas peças teatrais, confecção de painéis e roupas e sua importância. Objetivos: proporcionar aos alunos a importância do trabalho em equipe, dando oportunidade de enriquecimento e desenvolvimento da linguagem oral, da expressão corporal e da criatividade.

## **2.3- Desenhos e ilustrações de textos**

É a arte em demonstrar através de desenhos o que transmite um texto na sua totalidade ou escolhendo uma parte mais sugestiva.

2.3.1- Ilustração de textos; 2.3.2- Técnicas de pintura: sombreamento, pontilhismo, desenhos tesourados, desenhos com lápis de cera, desenhos sobre papel camurça, desenhos com giz colorido, desenhos soprados, desenhos com lápis de cera e nanquim, pintura com esponja, pintura com dedo, etc. Objetivos: desenvolver a criatividade, a livre expressão e o equilíbrio pessoal, a comunicação, a memorização, a percepção visual, a coordenação motora e outros tipos de habilidades.

#### **2.4- Reciclagem – Tudo se transforma**

Partindo desta teoria e utilizando material reciclável, é possível desenvolver alguns jogos e brinquedos. 2.4.1- Confecção de jogos; 2.4.2- Confecção de brinquedos. Objetivos: mostrar a importância de reaproveitamento de objetos para a preservação do meio ambiente, a importância das brincadeiras e jogos. Desenvolver a criatividade, o raciocínio lógico, a coordenação motora e a percepção visual.

#### **2.5- Trabalhos manuais**

2.5.1- Bordados, crochê, tricô, pintura, etc. Objetivos: desenvolver a percepção visual, coordenação motora e a criatividade.

#### **03- Atividades de desenvolvimento mental**

3.1- Palavras cruzadas; 3.2- Sudoku; 3.3- Passatempos; 3.4- Soluções inteligentes; 3.5- Jogos – (dama, dominó, xadrez, etc.). Objetivos: exercitar as partes menos usadas da mente, desenvolver o raciocínio lógico, habilidades lingüísticas, percepção visual etc.

#### **04- Higiene e saúde**

4.1- Cuidado com o seu corpo; 4.2- Higiene corporal; 4.3- O preço da higiene; 4.4- Ensinar o adolescente a fazer as unhas. Objetivos: adotar hábitos de higiene saudável, aprender a se cuidar sozinho, etc.

#### **05- Regras e limites**

5.1- Limites e necessidades; 5.2- Resolução de problemas; 5.3- Regras da entidade; 5.4- Regras da sociedade. Objetivos: levar os adolescentes a entender o seu limite, a importância das regras e limites, encontro de um ponto de equilíbrio entre os valores familiares e sociais, ensinar que existem limites, horários e deveres.

## **06- Desenvolvimento de projetos**

### **6.1- Projeto identidade**

01- Justificativa: a adolescência é um período especial da vida, caracterizado principalmente pela intensidade das emoções. Seu início marca o surgimento das contestações e dos questionamentos. Os valores dos adultos já não são passivamente aceitos. O jovem precisará desse momento para começar a se conhecer, estabelecer seus próprios valores e ver o mundo como uma nova ótica. Na busca de sua identidade, o adolescente contesta, critica, questiona e perde os limites, exigindo simultaneamente o restabelecimento desses mesmos limites. A incapacidade de se autorregular é decorrente da turbulência emocional deste período. Nunca um dia é igual ao outro: a descoberta do próprio corpo, suas modificações, o novo significado da amizade, a descoberta do sexo oposto, a paquera, o namoro, o apaixonar-se, o amor, etc. Tudo isso o envolve de tal maneira que ele se lança de cabeça na descoberta de si próprio.

02- Objetivo geral: autoconhecimento – processo de tomada de consciência de si: do seu nome, seu corpo, seus afetos, suas emoções, seus limites, suas dificuldades, seus valores e sua história de vida.

### **03- Atividades e dinâmicas**

3.1- A história e a origem do nome: a história do nome; de onde vêm os nomes; apelido ou um novo nome; construindo sua certidão de nascimento; nome desenhado; dinâmica: descobrindo o nome; quebra-cabeça de nomes e significados. Objetivos - Identificar sua origem; a importância de se ter um nome; construir sua própria identidade.

3.2- Meu corpo. Dinâmicas: auto-retrato desenhado; é a minha cara; Jogo das diferenças; Minha bandeira pessoal; meu corpo está mudando; ritos da passagem. Objetivos - Aprofundar a percepção de si mesmo; perceber as motivações que interferem nos pensamentos, sentimentos e ações; possibilitar o autoconhecimento; perceber a auto-imagem correspondente à relação com a relação que o grupo faz.

3.3- Família – Imagens familiares. Objetivos - Compartilhar as percepções sobre a família.

3.4- Meu corpo está mudando; Essa tal adolescência; Estou mudando. Por que será?; Puberdade, nova fase, novo corpo; Hormônios sexuais; Cara de adolescente; Ser adolescente é...; Relatos sobre a adolescência; Procura-se uma identidade; Dinâmica – Ritos das passagens; Dinâmica da percepção; O que faz sua cabeça; pingue-pongue; Teste: Que tipo de adolescente você é?; alfabeto do adolescente; pesquisa – um giro pelo mundo adolescente; resoluções de problemas; o que pensa o adolescente; que adolescente eu sou...; na minha cabeça passa...; jogo da autoestima; minha música preferida; músicas – Quero – (Elis Regina); Música – Bola de meia-bola de godê (Gilberto Gil); Música – Não vou me adaptar (Titãs); Música – Flores em você (Ira); filmes – Os temas serão definidos na época. Objetivos – Aprofundar a percepção de si mesmo; possibilitar o autoconhecimento; perceber os seus valores pessoais; refletir sobre a autoestima e os fatores que a afetam; facilitar a percepção de si mesmo; refletir sobre adolescência, seus ganhos e suas perdas; descobrir diferenças e semelhanças entre as experiências individuais; Aprofundar a relação com o próprio corpo; refletir as próprias características e as dos demais; facilitar os adolescentes a expressar sentimentos e percepções de si e dos outros.

## **6.2- Projeto valores**

01- Justificativa: atualmente nós educadores estamos muito preocupados com a violência, com problemas sociais, falta de respeito mútuo e outros tipos de problemas que a comunidade mundial está enfrentando. Por estarmos muito preocupados com os adolescentes da comunidade que frequentam a entidade, pretendemos desenvolver neste ano de 2010 um projeto de valores, no qual pretendemos trabalhar as ideias de paz, liberdade e justiça social. Será um desafio muito grande, pois não temos a fórmula milagrosa ou mágica, mas pretendemos passar para esses adolescentes alguns princípios básicos e que eles levarão para uma vida melhor.

02- Objetivos gerais: ajudar os adolescentes a refletir sobre diferentes valores e suas implicações práticas, como expressá-los em

relação a si mesmos, aos outros e à comunidade; aprofundar entendimentos, motivações e responsabilidade com relação a fazer escolhas pessoais e sociais; inspirar indivíduos a escolher seus próprios valores pessoais, sociais, morais e espirituais e facilitar seu crescimento geral.

03- Temas abordados: serão desenvolvidos através dos seguintes temas: paz (meses de fevereiro, março e abril); respeito (maio e junho); amor (julho e agosto); tolerância (setembro); felicidade (outubro); responsabilidade (novembro e dezembro).

3.1- Atividades que serão desenvolvidas sobre o tema Paz: serão realizadas uma vez por semana, e todas as atividades terão uma música de fundo que transmita uma mensagem de paz.

3.1.1- Exercícios de relaxamento: Imaginando um mundo pacífico; Se todos nós fôssemos pacíficos; um lugar especial. A atividade começa com os adolescentes se acomodando da melhor forma em suas carteiras, fechando os olhos e tentando se imaginar dentro da leitura que estará sendo feita pausadamente. Objetivos: fazer que os alunos reflitam sobre a paz e experimentem uma sensação de paz; ajudar os educandos a aumentar as habilidades de concentrar-se.

3.1.2- Expressões artísticas: Um mundo pacífico; Cápsula do tempo; colagem de sentimento de paz; Slogans da paz; Pôster por de trás da raiva; Pintura colaborativa; Palavra paz; Cores ideias pacíficas e cores raivosas. Objetivos: imaginar um mundo mais pacífico e comunicar suas ideias através de palavras e de desenhos; ajudar os estudantes a aumentarem suas habilidades de concentrar-se; desenvolver a criatividade e as habilidades manuais.

3.1.3- Compartilhar e discutir: Assando uma torta mundial; Aumentando a paz na escola; Braços são para...; Resoluções de conflitos; Contraste e revolta. Objetivos: pensar nas consequências de paz e de guerra; identificar os pensamentos ou ações que permitam que a negatividade cresça; identificar o pensamento ou ações que permitam a paz. Pensar nas consequências de seus atos. Escolher as qualidades de um mundo mais pacífico.

3.1.4- Música: todas as atividades serão acompanhadas por um fundo musical, e além disto teremos algumas músicas que serão

discutidas e estudadas a fundo. Objetivos: reconhecer através da música a importância da paz; desenvolver o hábito da música e sua importância.

3.2- Atividades desenvolvidas sobre respeito.

3.2.1- Atividades de relaxamento: imagem do jardim; estrela de respeito. Objetivos: levar os educandos a analisar as formas de tratamento com as demais pessoas de uma forma tranquila e também se imaginar dentro de certas situações e poder fazer sua autoavaliação; identificar momentos em que eles têm respeito pelo eu.

3.2.2- Expressões artísticas: slogans; fogo na floresta; pinte respeito; cores de respeito e desrespeito. Objetivos: levar o educando a descobrir suas habilidades manuais e sua criatividade; expressar-se sobre o respeito e poder identificar formas de respeito.

3.2.3- Compartilhar e discutir: qualidades; história – “Lili a leoparda”; inversão de papéis; saudações do mundo; história – “dois pássaros”; estratégias para interromper conflitos; diferentes modos de dar respeito; respeito pelos amigos; cartões de situações; respeito pelo ambiente. Objetivos: identificar várias maneiras de se dar respeito; desenvolver habilidades de soluções de problemas; aprender várias formas de saudações; conhecer o seu próprio valor e honrar o valor de outros.

3.2.4- Música: todas as atividades terão um fundo musical, e às vezes teremos músicas com tema para serem identificadas formas de respeito; os alunos em grupo irão escrever um rap ou outro tipo de música. Objetivos: levar os educandos a prestar atenção nas letras de músicas; reconhecer através da música a importância do respeito mútuo; desenvolver a habilidade para escrever.

O programa proposto, no qual predominam as atividades gráficas em sala, remete-nos a uma concepção tipicamente escolar do trabalho pedagógico. Ele poderia ser proposto por uma professora de Educação Artística, por exemplo. Como sabemos, as escolas seguem o calendário das datas comemorativas, inserindo-os nas suas atividades pedagógicas. Parece que as entidades assistenciais

tendem a seguir o modelo escolar, inclusive repetindo suas rotinas e atividades. A preocupação em instrumentalizar pedagogicamente as mais diversas atividades parece perseguir o objetivo de promover uma “educação moral” suave, mas determinada, dos adolescentes envolvidos. Verificamos que há poucos adolescentes frequentando a entidade, talvez também porque a oferta institucional não lhes interessa muito.

Quando lemos os projetos “Identidade” e “Valores”, temos a impressão de que os educadores pensam que adolescência seria um fenômeno social natural, independente das classes sociais e das condições históricas e socioeconômicas de vida. Não há nenhuma especificidade quanto aos adolescentes concretos atendidos pela entidade nos projetos, e talvez eles pudessem também ser desenvolvidos junto de adolescentes que frequentam colégios particulares, próprios da elite. O projeto “Valores” revela uma preocupação recorrente no trabalho com adolescentes e crianças pobres: a inculcação de normas, de valores e de regras sociais que devem ser aceitas e obedecidas por eles, sem questionamentos. Não há nenhum indício de criticidade ou de politização nas propostas socioeducativas apresentadas.

Muito embora tenhamos apresentado o planejamento geral formulado e previsto para ser executado durante o primeiro semestre de 2010 com a turma de adolescentes e, em seu conjunto, ele pareça rico e articulado, é preciso explicar que foi ligeiramente difícil obtê-lo na íntegra, tal como aparece aqui. A coordenadora da entidade tinha uma cópia impressa incompleta do planejamento, e alguns educadores ainda não haviam apresentado para ela sua contribuição específica para completá-lo, isso já no mês de abril de 2010, quando estivemos na entidade. Foi preciso procurar os educadores e solicitar que enviassem para a coordenadora seu planejamento parcial. Isso parece indicar que o documento escrito não seria muito importante para desenvolver as atividades no cotidiano do estabelecimento, ainda que talvez o plano funcione melhor por escrito do que na prática. Sabemos que há uma preocupação entre os funcionários das entidades em apresentar bons projetos escritos

para os superiores, e parece que se trata de uma obrigação burocrática mais do que um compromisso formal.

Vamos apresentar também o plano de trabalho do setor de Psicologia desse programa. Esse trabalho é feito por um psicólogo que se desloca por diversas unidades públicas compreendidas pelo programa municipal durante os dias da semana. A partir dessas informações, podemos refletir sobre os pressupostos e rumos do atendimento psicológico oferecidos nas entidades públicas.

### **Plano de trabalho do setor de Psicologia**

**Introdução:** o programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente é realizado por um conjunto de entidades públicas implementadas pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal, visando ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal, assim como sua integração à escola, desenvolve também trabalho com as famílias dos usuários e com a comunidade do bairro na qual está situada a entidade.

**Objetivos do psicólogo:** a responsabilidade profissional e o compromisso com a promoção da cidadania estão pautados nos princípios fundamentais que normatizam a ação do profissional psicólogo, baseando-se nos seguintes itens: 1. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão. 3. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. 4. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática. 5. O psicólogo contribuirá para promover a universalidade da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão. 6. O

psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada. 7. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código. (Código de Ética do Psicólogo).

**Objetivos específicos:** nas entidades que compõem o programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente, o profissional psicólogo deve:

- a) realizar avaliação e acompanhamento psicológico das crianças e adolescentes e participar da elaboração do plano de atendimento em equipe multiprofissional;
- b) facilitar o processo de integração da criança e adolescente à instituição e orientar pais e equipe sobre como atuar no período de adaptação à instituição e sobre o comprometimento psicológico sofrido pelas crianças e adolescentes, devido às situações de conflitos existentes;
- c) realizar sessões de aconselhamento às crianças, adolescentes e pais;
- d) participar da elaboração, execução e avaliação de projetos e programas a serem implementados com as crianças, seus pais ou responsáveis e com a equipe (ex. Prevenção ao uso de drogas, sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, prostituição, violência, encaminhamento para os projetos de qualificação profissional, entre outros);
- e) desenvolver, em equipe multiprofissional, ações junto à comunidade, visando à participação desta na integração da criança e do adolescente estigmatizados pela sociedade;
- f) orientar os pais ou responsáveis quanto à sua importância na educação da criança e do adolescente, com o objetivo de evitar a transferência de seus papéis e responsabilidades à instituição;
- g) encaminhar a outros recursos da comunidade a criança e o adolescente que necessitam de tratamento específico, quando esgotadas as possibilidades de atendimento na própria instituição;

h) participar na elaboração e execução das reuniões com os pais ou responsáveis;

i) participar das reuniões de equipe multiprofissional.

**Desenvolvimento:** a entidade pública 2 apresenta muitos casos em que se faz necessário o atendimento individual de crianças e adolescentes. Alguns casos podem ser atendidos em dupla ou em grupos pequenos, por este motivo, em reunião com a equipe de educadores, foi traçado um plano de atendimento clínico individual com horários fixos para estas crianças e adolescentes de maneira a não interferir nas outras atividades desenvolvidas pelas demais educadoras e procurando evitar que venham a coincidir com horários de esportes e atividades de lazer em geral. As educadoras desenvolverão suas atividades nos horários previstos, encaixando os educandos no horário de atendimento psicológico, de acordo com a necessidade apresentada. Alguns horários ficarão vagos para que seja feito um atendimento com todos os educandos matriculados no Projeto, que será realizado por ordem alfabética, de modo que nenhuma criança e adolescente fique sem atendimento. Tais horários vagos também serão utilizados de modo flexível, para ocasiões nas quais seja necessário fazer visitas domiciliares e ainda para colaborar no desenvolvimento das atividades gerais da instituição, quando necessário. No desenvolvimento dos atendimentos individuais, são utilizadas várias técnicas, de acordo com a necessidade apresentada. A Ludoterapia, técnica mais utilizada no atendimento com as crianças, visa utilizar brinquedos, pois segundo o Prof. Dr. A. M. M.: *“Brincar é uma atividade normal, através da qual a criança adquire capacidade, melhor desenvolvimento, crescimento e recebe estímulos para aprender cada vez mais e criar sempre. Dentro deste ponto de vista, o manipular um encaixe, enfiar o dedo em um buraco, pegar objetos de pesos diferentes são brinquedos tão importantes e respeitáveis como o são estudar, dirigir, etc. Precisa ser chamada a atenção para o fato de que enquanto o brinquedo traz informações como as mencionadas, também desempenham o importante papel de servir ao desenvolvimento emocional. A criança que não brinca não poderá tornar-se*

*emocionalmente normal. Assim, imaginando que agressões atinjam a criança por dado intervalo de tempo, forçosamente estas agressões precisam ser “metabolizadas” de algum modo e, na infância, isto é feito através do ato de brincar. Em resumo: a criança, enquanto normal, trabalha suas emoções através do brinquedo, e estas se revestem de caráter curativo e profilático, desde que sejam aceitos, permitidos e assistidos pelo adulto. Caso a criança receba agressões tidas como normais mas não possa brincar, fatalmente terá problemas. Se a agressão existir e o brinquedo for permitido, a criança poderá adoecer como ser psicossomático quando as agressões aumentarem muito e o brinquedo não conseguir dar vazão a elas; ou se a agressão se mantiver constante mas o brinquedo for suprimido. Quando o brinquedo não é propício para a criança brincar, ou o era mas se tornou impróprio, a sua correção poderá reequilibrá-la se não se afastou muito da normalidade. Na eventualidade de o paciente ter se afastado muito do seu psiquismo normal e criado grandes incompatibilidades com o ambiente, então, o brinquedo só se tornará terapêutico num ambiente diferente, com outros adultos, e este novo ambiente poderá ser representado pela Sala de Ludoterapia com o seu terapeuta. Nesta nova situação, a criança poderá recuperar-se, independente da modificação da casa ou da instituição onde vive”.*

Também o setor de Psicologia da entidade 2, juntamente com a coordenação, vem desenvolvendo um plano de trabalho com as UBS e USF próximas, realizando reuniões para troca de informações, visto que a população atendida é a mesma. O Setor de Psicologia da entidade mantém contato com outras entidades nas quais nossos educandos recebem algum tipo de atendimento. A psicóloga posiciona-se sempre na colaboração com a coordenação, com as educadoras e todos os setores, no sentido de melhorar o atendimento e desenvolvimento dos trabalhos de um modo geral.

Na entidade, o psicólogo é considerado sobretudo como um terapeuta, e sua ação deve partir de uma postura técnica profissional relativamente imparcial, sendo que ele deve adaptar-se à estrutura de funcionamento da entidade e procurar atender à demanda de

trabalho clínico. Não se coloca nenhuma questão crítica com relação à instituição, quanto à sua função social, seus objetivos e seu contexto sócio-histórico, e suas eventuais aporias não são problematizadas. Os paradoxos institucionais devem ser encarados e enfrentados apenas na perspectiva profissional tradicional, focada no trabalho clínico sobre os comportamentos e as emoções individuais.

A perspectiva do psicólogo se revela centrada numa concepção tradicional da clínica individual, psicologizante, psicopatologizante e, portanto, terapêutica e preventiva, completamente descontextualizada da realidade social, política e econômica na qual vive a população atendida. Parece haver mesmo uma crença na onipotência da intervenção psicológica de caráter ludoterápico. Assim, seria possível transferir os conflitos para o plano simbólico e torná-los conscientes para os indivíduos afetados, promovendo sua elaboração e catarse, modificando os comportamentos. A intenção de que todas as crianças passem pelo atendimento psicológico indica uma desconfiança quanto à saúde mental dos usuários em geral, já que sua descrição os caracteriza como marcados pela patologia psíquica.

## **O plano de trabalho institucional da entidade assistencial privada 1**

Vamos descrever a entidade, tomando como base o plano de trabalho que consta nos arquivos do CMDCA. Há dois projetos em execução: um para crianças e adolescentes no nível da proteção básica e outro no nível da proteção especial de média complexidade, colocando em prática a medida socioeducativa de Liberdade Assistida. De acordo com o documento, trata-se de uma entidade civil e filantrópica, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, tendo sido criada com o objetivo de “contribuir para a solução de questões sociais e de fazer promoção humana”. Sua missão seria “participar da construção de uma nova sociedade, defendendo a

vida, promovendo e animando a solidariedade libertadora, com as pessoas em situação de exclusão social”. A justificativa apresentada para sua existência se deve à

existência de populações em zonas periféricas da cidade, atingidas por conjunturas produtoras de vulnerabilidade social, tais como ausência ou precária renda, trabalho informal precário, desemprego, precário ou nulo acesso aos serviços das diversas políticas públicas, perda de vínculos sociofamiliares, discriminações, baixo índice de aproveitamento e rendimento escolar, verificado nas crianças e adolescentes, apesar de estarem freqüentando a escola, problemas de convivência e frágil participação política.

A fonte de renda e ocupações mais freqüentes: diarista, doméstica, serviços gerais, pedreiro, pintor, servente de pedreiro, faxineira, catador de papel, pensão.

As capacidades, competências e habilidades desse público observadas nos seus arranjos e meios de sobrevivência, nas suas manifestações artísticas e culturais, tais como capoeira, esportes, dança, músicas e na participação em projetos sociais; a existência de objetivos, condições e recursos disponíveis nessa entidade para contribuir no desenvolvimento, proteção e educação integral da pessoa, conjugando o previsto na legislação vigente: ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) – Proteção Integral, LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) – Proteção Social e LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) – Educação Integral.

O público-alvo do projeto de nível de proteção básica inclui “crianças, adolescentes, jovens (de ambos os sexos) e suas famílias, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica”, e o objetivo geral pretende “ampliar capacidades, competências e habilidades do público-alvo para a convivência, a participação na vida pública e acesso aos serviços sociais básicos”. Os objetivos são os seguintes:

a) Projeto Biblioteca: estimular e desenvolver o hábito de leitura, pesquisa e conhecimento; produzir e desenvolver oficinas do saber; desenvolver e estimular a comunicação e a expressão oral; ampliar a capacidade de produção e interpretação de textos por meio das seguintes atividades: oficinas de leitura; clube do leitor; hora do conto; pesquisas; softwares educativos; acompanhamento escolar e atendimento a comunidade.

b) Projeto Circo:<sup>2</sup> resgatar e estimular o aporte cultural que realizam os jovens; promover o desenvolvimento integral da pessoa, colaborando para o pleno crescimento de suas capacidades físicas, psicológicas, afetivas e intelectuais, estimular a vivência em comunidade, a solidariedade e o respeito às diferenças por meio das atividades: apresentação da história e cultura circense; oficinas de acrobacia de solo, malabarismo, palhaços, perna de pau; dança, teatro, capoeira, apresentações circenses na comunidade.

c) Projeto Esporte: contribuir para o desenvolvimento integral da pessoa, promovendo o conhecimento e o exercício de suas habilidades corporais; estimular a vivência de valores, a preservação da saúde e a integração das diferenças; viabilizar a inclusão social e cultural de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, reduzindo os riscos aos quais estão expostos. Isso será realizado por meio das seguintes atividades: basquete, futsal, futebol, ginástica, jogos recreativos, natação, voleibol, jogos interativos na comunidade.

Com relação aos resultados esperados a partir das diversas atividades desenvolvidas, temos os seguintes:

todas as crianças e adolescentes capazes: a) de conviver e aprender com as diferenças; b) de compreender e atuar em seu entorno social; c) com sucesso escolar capaz de localizar e acessar informa-

---

2. Para uma discussão crítica da utilização socioeducativa do circo e das artes no contexto de entidades assistenciais, ver Lobo e Cassoli (2006) e Zanetti (2007).

ções; d) de ler, produzir conhecimentos e resolver problemas; todas as famílias, com acesso aos serviços sociais básicos, participando do processo educativo dos filhos e de meios que visam à superação da exclusão; todos os jovens participando de processos de formação, capacitação tendo em vista a profissionalização; articulação com a rede de proteção integral, escola pública e instituições diversas; capacidade de captar e gerenciar recursos.

Os indicadores de avaliação propostos incluem os seguintes aspectos:

Ampliação de capacidades do público-alvo para a convivência e participação na vida pública: conviver com as diferenças, cidadania ativa; ampliação de repertório de competências e habilidades: aprender a conhecer e a fazer; garantia dos direitos sociais básicos: contribuição para resultados na vida escolar, no usufruto da rede de proteção integral e na participação e promoção da família e comunidade; capacidade da organização de criar: condições favoráveis para o desenvolvimento do público-alvo, condições financeiras de viabilidade e sustentabilidade e de estabelecer redes de relacionamentos dando credibilidade e legitimidade a suas ações.

A metodologia de trabalho tem como princípios norteadores:

a solidariedade/caridade que liberta e emancipa as pessoas, tornando-as, através da participação efetiva no processo educativo, sujeitos da própria história e construtores de uma nova sociedade, a educação integral da pessoa, educar para a vida. Como estratégia metodológica, adotamos o trabalho com projetos educativos, considerados intencionalmente como espaços democráticos que favorecem o encontro, o diálogo e a reflexão, onde educadores, crianças, adolescentes, jovens e a família possam viver uma experiência colaborativa de aprendizagem, de convivência com a dife-

rença e de participação política, tendo em vista a busca de soluções para os problemas e o fortalecimento das possibilidades.

A rotina de desenvolvimento das atividades e dos projetos é descrita da seguinte forma:

As atividades são realizadas de 2ª a 6ª feira em dois períodos, período da manhã: das 08 às 12 horas – período da tarde: das 13 às 17 horas, atendendo o público no contra período escolar. Alimentação: café da manhã e almoço; almoço e lanche da tarde, servido diariamente na entidade. Mecanismos de participação do público: roda da conversa, realizada diariamente, constitui-se como espaço democrático de participação do público-alvo, além dos projetos. São momentos de diálogos, comunicação, tomadas de decisões, orientações, planejamentos, avaliações. Mecanismos de participação, acompanhamento e orientação dos projetos: planejamento participativo; reuniões pedagógicas semanais; formação e capacitação da equipe mensalmente; monitoramento dos projetos; avaliações parciais e sistemáticas, semestral e anual.

A entidade conta com os seguintes recursos humanos: 1 diretor executivo, 1 assistente social, 1 cozinheira e 1 auxiliar de cozinha, 1 coordenadora pedagógica, 5 professores (quatro professores foram cedidos pela Secretaria Municipal da Educação) e 1 bibliotecária. A formação dos profissionais inclui os seguintes campos: Filosofia, Serviço Social, Pedagogia, Magistério, Biblioteconomia, Direito, Educação Física. Com relação aos recursos físicos, a entidade dispõe de: 2 salas para atendimento pessoal; 1 sala de coordenação pedagógica; 1 sala para direção; 1 sala para secretaria e administração; 1 sala de vídeo; 3 salas para atividades pedagógicas com lousa; 1 biblioteca; 1 salão para atividades circenses; 1 sala de jogos; 1 sala de esportes; 1 cozinha; 1 despensa; 1 refeitório; 3 banheiros para funcionários; 1 banheiro coletivo masculino; 1 banheiro coletivo feminino; 1 marcenaria; 1 salão de cabeleireiro; 1 almoxarifado; 1 pátio coberto para ginástica e esporte; 1 quadra de esporte; espaço para cultivo da horta; 1 piscina.

Descrevemos a seguir o plano de trabalho do projeto das medidas socioeducativas de liberdade assistida realizado na entidade privada 1.

**1 – Público-alvo:** Adolescentes de 12 a 18 anos, excepcionalmente até os 21 anos, de ambos os sexos, inseridos em medida sócio-educativa de meio aberto (liberdade assistida), residentes no município, encaminhados pelo Poder Judiciário.

**2 – Diagnóstico:** Perfil dos adolescentes: faixa etária entre 13 e 18 anos, chegando a atingir os 20 anos; defasado nível de escolaridade; nível sócio-econômico bastante restrito, havendo, porém, adolescentes de classe social superior, favorecendo acesso a bens, serviços e conhecimentos de melhor qualidade, os quais representam o menor número; núcleo familiar com dificuldade de contenção, de transmissão de valores positivos e com distorções de papéis; desqualificação profissional, muitas vezes impedida pela baixa escolaridade; trabalhadores informais com predominância na área de construção civil; envolvimento com substâncias entorpecentes; físico marcado com representação de tatuagens; preferência musical para o ritmo do rap e pagode; falas com gírias que prevalecem no meio de sua convivência; dificuldades com aceitação de regras; a maioria apresenta ausência de sonhos, perspectivas futuras, valorizando somente o imediato.

### **3 – Justificativa**

A existência de adolescentes e jovens que se encontram em situação de conflito com a lei; a necessidade do serviço, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, para atender esse segmento e as condições estabelecidas nesta entidade para contribuir na promoção dos direitos desses jovens.

### **4 – Objetivo Geral**

Prestar atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, advertidos com medida sócio-educativa de meio aberto, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como as suas famílias, proporcionando condições e meios que possibilitem ao adolescente encontrar novas alternativas de vida que conduzam

à modificação do seu modo de proceder e ao rompimento com a prática delituosa.

### **5 – Objetivos específicos**

- Orientar e acompanhar o adolescente nas questões relacionadas à convivência familiar e comunitária, a saúde, a escolarização, a cultura, a profissionalização e ao trabalho;
- Encaminhar e providenciar a regularização de documentos pessoais e escolares do adolescente;
- Propiciar, através dos encontros individuais e grupais, processos de descobertas pessoais que levem o adolescente a se perceber como um ser criador e transformador com capacidades e habilidades para se relacionar com o mundo de maneira diferente daquela que o envolveu na prática de ato infracional;
- Atender e orientar a família do adolescente envolvendo-a no processo sócio-educativo da medida;
- Promover o acesso e a inclusão do adolescente e de sua família, quando necessário, na rede de serviços sociais básicos;
- Articular as ações do projeto com os serviços sociais básicos, com o sistema de garantia de direitos e justiça e com instituições diversas, buscando criar condições favoráveis e oportunidades de desenvolvimento para o adolescente e sua família.
- Sensibilizar a comunidade, buscando a adesão de seus membros no acompanhamento do adolescente.

### **6 – Metas**

- Atender 65 adolescentes e seus familiares, residentes no município, inseridos em medida sócio-educativa de meio aberto;
- Efetivar 100% dos encaminhamentos para a confecção de documentos pessoais nos dois primeiros meses da medida;
- Garantir no mínimo a posse de certidão de nascimento e RG para 100% dos adolescentes atendidos até o término da medida;
- Encaminhar todos os adolescentes excluídos para retorno à escola até o final do primeiro mês da medida;
- Tomar providências para que todos os adolescentes atendidos permaneçam na escola e tenham acesso a outras políticas públicas e serviços privados;

- Efetivar 100% das articulações necessárias para o atendimento ao adolescente;
- Garantir atendimento para todas as famílias e encaminhamentos que se fizerem necessários.

### 7 – Metodologia

Princípios Gerais: solidariedade/caridade que liberta e emancipa as pessoas, tornando-as, através da participação efetiva no processo educativo, sujeitos da própria história e construtores de uma nova sociedade (**pedagogia social da Caritas**).

Educação integral da pessoa, educar para a vida (**pedagogia da congregação religiosa**)

Princípios específicos de acordo com o SINASE: a prevalência da ação sócio-educativa sobre os aspectos sancionatórios; o protagonismo juvenil na defesa, proteção e promoção de seus próprios direitos; a presença e exemplaridade educativa do adulto; a firmeza (não rigidez) na diretividade do processo sócio-educativo; a valorização da diversidade étnica-racial, de gênero e sexual; a participação da família e da comunidade nas ações sócio-educativas.

### 8 – Operacionalização: procedimentos técnico-administrativos

Atividades	Periodicidade
Acolhida do adolescente e família; interpretação da medida.	Na data agendada pelo poder judiciário
Providências e regularização de documentos; matrícula na rede de ensino.	Nas 3 últimas semanas do primeiro mês da medida.
Encontros individuais (adolescente)	Semanal
Encontros grupais (adolescente)	Mensal
Encontros individuais (família)	Mensal
Encontro grupal (família)	Mensal
Visitas domiciliares	No início e final da medida e quando se fizer oportuno.
Inclusão do adolescente e sua família na rede de proteção social: acesso aos serviços sociais básicos.	Quando se fizer necessário

<b>Atividades</b>	<b>Periodicidade</b>
Articulação com a rede de proteção social, comunidade e com instituições diversas.	Contínua
Inserção em atividades culturais, de lazer, recreativas e práticas esportivas.	Contínua
Inclusão em atividades de apoio escolar	Contínua
Inserção em cursos de profissionalização, capacitação, treinamento.	Contínua
Inclusão digital	Contínua
Procedimento técnico-administrativo: registro do atendimento; leitura e estudos de processos; elaboração e envio de ofícios e relatórios ao poder judiciário.	Diário
Reuniões da equipe técnica	Semanal

### 9 – Avaliação

<b>Ações</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Duração</b>	<b>Responsável</b>	<b>Local</b>
Recebimento de ofícios do Poder Judiciário e correspondências diversas; registro de entradas e montagem de pastas; verificação de pastas e providências de cópias da documentação do adolescente.	Diário	02 hs	Auxiliar administrativo coordenador	entidade
Leitura e estudo de processos	Nos dias prévios à data agendada para o comparecimento	30 min.	Orientador	entidade
Elaboração e envio de ofícios e relatórios ao poder judiciário	De acordo com o estabelecido pelo Poder Judiciário	02 hs	Orientador, coordenador	entidade
Elaboração do demonstrativo de atendimento	Mensal	04 hs	A equipe	entidade

<b>Ações</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Duração</b>	<b>Responsável</b>	<b>Local</b>
Prestação de contas	Quadrimestral	8 horas	Técnico administrativo e responsável; técnico de finanças da entidade	entidade

<b>Ações</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Resultados esperados</b>
Plano individual de atendimento (PIA)	Capacidade do adolescente em compreender, estabelecer e cumprir metas em sua vida.	Todos os adolescentes propondo objetivos para suas vidas. Metas atingidas.
Providências de documentos pessoais	Nº de adolescentes com a documentação pessoal adequada à idade	Todos os adolescentes com a documentação pessoal regularizada até o final da medida
Encontros individuais e grupais (adolescentes)	Capacidade, competência e habilidade do adolescente; convivência: familiar, comunitária e com a diferença.	Rompimento com as práticas delituosas, descobertas de novos caminhos e maneiras de se relacionar.
Atendimento e orientação à família	Envolvimento e participação da família	Todas as famílias assumindo responsabilidades com o projeto no processo da medida
Acesso e inclusão na rede de proteção social e em outros serviços	Contribuição para acesso e resultados no usufruto da rede de proteção e de outros serviços	Todos os adolescentes e suas famílias que necessitam de acesso aos serviços sociais básicos.
Articulação com a rede de serviços, instituições diversas e com a comunidade do adolescente.	Capacidade da entidade e do projeto de estabelecer redes de relacionamento e articulações com os serviços e com as pessoas da comunidade local.	Articulações e parcerias com os principais serviços e pessoas necessários aos adolescentes e suas famílias.

## 10 – Recursos

### 10.1 – Recursos humanos

Nº	Cargo/função	Formação profissional	Carga horária	Fonte pagadora
1	Coordenador	Ciências Sociais	40	Convênio PMM
1	Técnica orientadora	Serviço Social	40	Cedida - PMM
1	Técnica orientadora	Serviço Social	20	Convênio PMM
1	Técnica orientadora	Psicologia	20	Convênio PMM
2	Estagiários	Serviço Social	20	Convênio PMM
1	Auxiliar administrativo	Administração	40	Convênio PMM

## O plano de trabalho institucional da entidade assistencial privada 2

Para elaborar essa descrição e caracterização da entidade privada 2, tivemos acesso ao seu plano de trabalho, que consta nos arquivos do CMDCA.

### Plano de trabalho da entidade assistencial privada 2

A entidade assistencial foi fundada em 30 de agosto de 1974, a entidade busca oferecer possibilidades de experiências para que os adolescentes façam escolhas e opções pessoais e sociais, principalmente para que não se envolvam com a marginalidade. A nossa clientela é proveniente de contextos socioculturais com baixo poder aquisitivo, procuram a entidade buscando o que ela oferece para que possam ter um futuro melhor, pois é através dessa oportunidade que o adolescente consegue o seu primeiro emprego. Oferecemos atividades recreativas, esportivas, culturais, assistência médica, odontológica, três refeições diárias aos adolescentes, buscando assegurar seu direito à vida, à saúde, à

alimentação, à educação, ao esporte ao lazer, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à convivência com a família e comunidade, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. É de ressaltar que aos participantes fornecemos contribuições valiosas e esperamos propiciar uma visão clara e operacional do processo teórico e prático, ou seja, a forma criativa e inovadora de que vamos continuar o nosso trabalho frente à entidade, direcionados para atuais exigências do mundo, do trabalho e da sociedade. “Faremos um trabalho marcante com o nosso foco prioritário que é o adolescente, assumiremos os desafios e vamos lutar em favor dos menos favorecidos, sempre contribuindo para gerar ações sustentáveis na comunidade com o lema: honestidade e prontidão com os deveres.” (Presidente).

### **Cursos e estágios**

Os alunos matriculados na entidade passam por orientação e treinamento fazendo cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores que a entidade oferece gratuitamente. Além dos cursos, o currículo será enriquecido com aulas de reforço de português e matemática, mesa-redonda e incentivo à leitura, plantão de dúvidas e cuidados com a saúde, além da prática de esportes, pois somos conscientes da importância dos esportes na formação humana e na qualidade de vida e é por isso que nós motivamos os adolescentes oferecendo o melhor.

**1. Curso de auxiliar de departamento pessoal:** esse curso tem carga horária de 180 horas divididas em 03 módulos: Módulo 1- Recursos humanos, conceitos e origem: elaboração do currículo e simulação para uma boa entrevista. Módulo 2- Administrativa: será abordada toda rotina da empresa; como o contrato de trabalho, remuneração, duração, benefícios e descontos legais, bem como obrigações dos empregados. Módulo 3- Redação comercial e comunicação escrita: cartas comerciais, memorandos, ofícios, declaração e atestados, entre outros.

**2. Curso de auxiliar de escritório:** esse curso possui um módulo com carga horária de 90 horas. O aluno vivenciará toda rotina de escritório, aprendendo os conceitos e distribuição de rotina diária,

comunicação interna, conferência de texto, escrituração, executar tarefas rotineiras da contabilidade, além de atividades físicas, recreativas e culturais.

**3. Curso de trabalhadores de vendas:** esse curso tem carga horária de 200 horas divididas em 03 módulos. Módulo 1-Vendas: Qualidade de atendimento; imagem da empresa; atendimento ao público; importância do cliente; comunicação; publicidade de marketing; telemarketing; entre outros. Módulo 2-Vendas: definição de mercado e comércio; setor de vendas, conclusão de vendas; público-alvo; balconista. Comerciante; categoria de vendedores; atração dos clientes. Módulo 3- Empacotador/repositor: boas maneiras; separação correta dos produtos; reposição; conselhos úteis.

**4. Cursos de trabalhadores de secretariado:** esse curso tem carga horária de 180 horas divididas em 03 módulos: Módulo 1-Secretariado: serão abordados princípios básicos, bem como guia de boas maneiras, organização de agenda, reuniões e administração do tempo. Módulo 2- Correspondência comercial (redação): elaboração de cartas, memorandos, circular, atestados, atas, declarações, entre outros. Módulo 3- *Office boy* (interno e externo): técnicas, formas, tipos e métodos de arquivamento, rotinas externas; protocolos.

**5. Curso de marketing pessoal:** esse curso tem carga horária de 90 horas divididas em 02 módulos: Módulo 1- Marketing pessoal: processo de ampliação e conhecimento; caminhos difíceis da arrogância, atitudes e frases negativas; como agir e viver com entusiasmo e confiança. Módulo 2- Estabelecendo metas; marketing pessoal eletrônico; ajuda na batalha pelo emprego. O visual para contribuir na batalha pelo emprego. Nesse módulo serão trabalhados textos transversais, como: sexualidade; saúde, higiene e bem-estar; orientações de trânsito; primeiros socorros.

**6. Curso de informática:** esse curso tem carga horária de 180 horas divididas em 04 módulos: Módulo 1- Introdução à informática: conceitos, configurações, memória seus tipos de funções gerais. Windows: programas; acessórios; Explorer; Word,

formatação; marcadores e numeração; ortografia e gramática; alinhamento de textos; cabeçalhos e rodapé; mala direta. Módulo 2- Excel: cálculos usando fórmulas; planilha eletrônica; criação de gráficos; células. Formatação de números; cálculo usando fórmulas; lista e classificação de dados. Tabelas dinâmicas e auto-formatação. Módulo 3- PowerPoint: criação de apresentação de slides; gráficos; organogramas; animação e impressão. Photoshop: digitalização de imagens e fotos através de scanner. Aplicação de efeitos como redimensionamento, posicionamento, brilho, contraste e marca d'água. Módulo 4- Internet Explorer: Rede de informações. Os adolescentes aprendem a explorar os sites na Web (exceto de conteúdo impróprio) e a navegar na internet. Também aprendem a cadastrar seus endereços eletrônicos (quem ainda não possui) e a acessar suas mensagens. Pesquisam sobre temas de seus trabalhos escolares, preparando-os e imprimindo na entidade. Ensinamos a baixar programas e músicas, imagens e máquinas. Enfim, eles têm acesso às notícias, informações da atualidade, bem como novidades e lançamentos.

### **Mercado de trabalho**

Os adolescentes pertencem a classes sociais menos favorecidas, são carentes e por conta acabam abandonando a escola e isso não podemos deixar acontecer, pois o perfil de escolaridade de cada trabalhador constitui um diferencial competitivo, mas é um instrumento a favorecer o crescimento integral. A entidade tem por objetivo amparar, educar, orientar e encaminhar profissionalmente o adolescente ao mercado de trabalho, criando-lhe condições para sua integração na sociedade, tornando-o capaz de agir com mais autonomia, capacidade crítica e de auto-avaliação e de responsabilidade social. As políticas de trabalho e emprego vêm ao encontro de um dos principais dilemas vivenciados pelos adolescentes; a dificuldade de sua inserção no mercado de trabalho. Para o adolescente, o emprego tem significado especial, porque se trata da aspiração de conseguir um primeiro emprego com registro em carteira. É através da entidade que os preparamos e orientamos o melhor possível.

### **Estacionamento regulamentado**

A entidade, de acordo com convênios firmados com a empresa de desenvolvimento urbano e habitacional do município, vem desenvolvendo o trabalho de vendas de cartelas no estacionamento regulamentado. Durante meses, os adolescentes são treinados e orientados para laborar no estacionamento regulamentado e tomam conhecimento dos direitos e deveres, conforme o “Estatuto da Criança e do Adolescente” – ECA. Aprendem a preencher as cartelas e sabem que não pode haver rasuras, tem que conhecer setores e subsetores pois a localização das ruas e avenidas é muito importante e, além de ter noção de trânsito, enfim o trabalho constituído torna-se sua referência de afirmação, na medida em que proporciona autonomia, gera renda, e o trabalho associa-se à noção de cidadania.

Os adolescentes serão encaminhados ao estacionamento regulamentado para estagiar, devidamente registrados em carteira com salário mínimo/hora e descontos permitidos em lei. Recebem também uniforme completo incluindo capa de chuva, pochete, protetor solar, café da manhã e lanche da tarde. O Estacionamento Regulamentado servirá de avaliação do adolescente quanto à pontualidade, respeito e disciplina. Durante o estágio, o aprendiz será avaliado e encaminhado para o mercado de trabalho.

“Pare de olhar para trás. Você já sabe onde esteve. Você precisa saber para onde vai. Acostumar seus olhos a mirar o futuro.”

### **Atendimento familiar**

A entidade educacional atende em média 850 adolescentes na faixa etária de 15 anos e 09 meses e 18 anos, matriculados na entidade, num total de 3.360 pessoas de vários bairros da cidade. O princípio básico dessa atuação são as atividades voltadas para o fortalecimento da autoestima, melhor preparação do “eu”, com conseqüente ampliação da consciência de si mesmo e de seus limites e potencialidades. O desafio maior é o de desmistificar as ferramentas comumente utilizadas na seleção para o trabalho, tais como dinâmica de grupo, extremamente útil para o encaminhamento anterior dos adolescentes, bem como suas áreas de inte-

resses profissionais. Paralelamente a esse trabalho, não deixaremos de atender os pais, tanto quanto formos procurados em busca de orientação, como nas ocasiões em que seja necessária chamá-los para esclarecimentos sobre as dificuldades de seus filhos. Acreditamos que quando há interação entre a entidade e a família nosso objetivo de formar cidadãos melhores será mais facilmente alcançado. “Nem pai nem mãe farão tão bem a um homem quanto faz uma mente corretamente direcionada.”

### **Parcerias**

Quando o adolescente é encaminhado à empresa, esta contribuirá mensalmente com a entidade, com um valor correspondente a um salário mínimo vigente, crescido de 35% de seu valor, a título de encargos sociais e taxas administrativas. Também o adolescente terá encargos sociais e taxas administrativas. Também o adolescente terá direito assegurado de férias, que corresponderá ao valor de um salário mínimo, acrescido de 1/3 e abono natalino proporcional ao tempo de labor. Dessa forma, a entidade pretende dar continuidade ao trabalho integrado entre a população assistida “adolescente e família, empresa e escola” e a equipe técnica envolvida no programa. Hoje, além da parceria com a EMDURB, contamos com apoio de hospitais, indústria, comércio, clínicas e supermercados. Assim poderemos dar consequência ao nosso projeto social, propiciando melhores condições de vida para os adolescentes e suas famílias.

Quanto ao plano de trabalho, é interessante notar que a missão da entidade visa “oferecer possibilidades de experiências para que os adolescentes façam escolhas e opções pessoais e sociais, principalmente para que não se envolvam com a marginalidade”. A oferta institucional tem um objetivo “preventivo” relacionado com o tema da marginalidade, o que revela a perspectiva filantrópica própria da elite benemerente. Em seguida, o ECA é citado como fundamento dos direitos dos adolescentes que a entidade pretende implementar com sua ação institucional. O discurso oficial oscila entre uma concepção preventivo-repressiva da atenção ao

adolescente e a concepção de proteção integral a ele como sujeito de direitos e deveres.

Os adolescentes são caracterizados como “provenientes de contextos socioculturais com baixo poder aquisitivo” – eufemismo para designar as classes oprimidas e exploradas. Quais são as condições de possibilidades sociais e institucionais que esses adolescentes possuem para fazer “escolhas” e “opções pessoais e sociais”? A entidade já escolheu para eles e se propõe a oferecer uma formação profissionalizante para que os jovens pobres “possam ter um futuro melhor”. O caminho para superar a marginalidade e a pobreza estaria na profissionalização e no ingresso ao mundo do trabalho: a solução encontrada pela elite consiste em transformar os adolescentes em trabalhadores, em empregados, em operários – em mão de obra barata.

É por isso que a entidade oferece diversos cursos de capacitação e formação profissionalizante e atrela-os à educação escolar oficial (os candidatos que pleiteiam vagas na entidade devem estar matriculados na rede oficial de ensino e devem ainda estar frequentando com sucesso as atividades escolares). A entidade recebe, dentre os alunos das escolas públicas, os melhores adolescentes, que são selecionados por meio de avaliações escritas; são selecionados, dentre os alunos das classes subalternas, os que estão conseguindo obter sucesso escolar e que, portanto, estão no topo do conjunto dos seus colegas. Não são os que mais precisam que são beneficiados, mas os mais “capazes” entre os adolescentes provenientes de contextos socioculturais com “baixo poder aquisitivo”.

A entidade quer evitar que os adolescentes abandonem a escola, que é considerada capaz de agregar um “diferencial competitivo” para o adolescente no mercado de trabalho, além de ser “um instrumento a favorecer o crescimento integral”. Os “adolescentes pertencem a classes sociais menos favorecidas”, e a causa que os levaria a abandonar a escola estaria no fato de que “são carentes”; seria a pobreza (carência) a causa do abandono escolar. Bem sabemos que essa hipótese não corresponde à realidade e serve para a

culpabilização individual dos adolescentes pobres que, na verdade, não se evadem da escola, mas são expulsos pelo sistema escolar. A “evasão” tem maior possibilidade de ser “expulsão”, como demonstram especialistas no tema. Em todo caso, a concepção expressa oficialmente pelo pensamento institucional revela a ausência de uma análise mais crítica das relações da escola com as crianças e com os adolescentes pertencentes à classe trabalhadora.

A partir de um diagnóstico elitista, a entidade propõe-se a “amparar, educar, orientar e encaminhar profissionalmente o adolescente ao mercado de trabalho, criando-lhe condições para sua integração na sociedade, tornando-o capaz de agir com mais autonomia, capacidade crítica e de autoavaliação, e de responsabilidade social”. Ela entende que quem é carente e necessitado precisa de “amparo”, e o caminho para a “integração social” passa pela educação profissionalizante e pela inserção inicial no mercado de trabalho. Esse processo institucional seria capaz de prover ao adolescente, levando-o a “agir com mais autonomia, capacidade crítica e de autoavaliação, e de responsabilidade social”. Tal oferta institucional se diz preocupada em emancipar o adolescente, mas será que suas mediações para obter esses efeitos condizem com seus objetivos?

A pobreza seria resolvida com a profissionalização dos filhos dos pobres, procurando inseri-los no mercado de trabalho: o destino para o adolescente pobre é ser empregado. Durante o estágio no “estacionamento regulamentado”, enquanto é formado e treinado pela entidade, o adolescente é provado, observado e testado para ser encaminhado ao mercado de trabalho na função de “adolescente aprendiz”. Supõe-se que “o *trabalho constituído* torna-se sua referência de afirmação na medida em que proporciona autonomia, gera renda, e o trabalho associa-se à noção de cidadania” (grifo nosso). Pensa-se que o registro em carteira torna o indivíduo “cidadão”, mas isso o torna apenas um assalariado e mais um explorado no mercado de trabalho, âmbito que está longe de prover a real cidadania. Superestima-se o trabalho enquanto uma categoria abstrata, associando-o ainda à noção de cidadania, pois um

trabalho pouco qualificado e subalterno como o realizado pelo adolescente no “estacionamento regulamentado” não pode ser realmente tomado como expressão da condição de um cidadão, mas representa melhor a dominação e a tutela dos pobres pelo mercado, determinante do seu curto horizonte de possibilidades. “Pontualidade, respeito e disciplina” é o que todo e qualquer patrão espera de empregados ideais.

Somos informados de que “o princípio básico” da atuação formativa da entidade se relaciona com “as atividades voltadas para o fortalecimento da autoestima, melhor preparação do ‘eu’, com conseqüente ampliação da consciência de si mesmo e de seus limites e potencialidades”. Aí emerge a dimensão psicologizante e tradicional da ação socioeducativa da entidade: ela pretende trabalhar a “autoestima” do “eu”, bem como ampliar a “consciência de si e dos seus limites e potencialidades”. Estamos diante de uma psicologia tradicional, focada no indivíduo, desconectado do contexto sócio-histórico mais amplo, reduzido à sua interioridade psicológica e às suas competências supostamente individuais e talvez inclusive inatas. Conhecendo-se, tendo consciência do que tem condições de fazer e do que não tem aptidão para fazer, o adolescente pode aderir a uma proposta de formação que aparentemente é adequada e compatível com suas próprias habilidades, “dons” e “talentos”.

A família é vista ao mesmo tempo como destinatária dos serviços de apoio da entidade e também como coadjuvante no trabalho de “formar cidadãos melhores”. A intenção manifestada é a de “dirigir corretamente as mentes” dos usuários da entidade.

Vamos apresentar a seguir o regulamento interno da entidade e alguns comentários.

### **Regulamento interno disciplinar para os adolescentes aprendizes**

A disciplina na sala de aula é indispensável, qualquer ação disciplinar passa pelo boletim de ocorrências interno. Atender prontamente ao sinal.

A entidade, através de seu diretor presidente, dentro de suas atribuições e de acordo com os estatutos, com poderes delegados pelo Conselho de Curadores, passa a elaborar o novo Regulamento Disciplinar da entidade.

Capítulo I – Dos princípios gerais da disciplina

Artigo 1º - Para fins disciplinares, a entidade abrange todo seu efetivo de funcionários e “adolescentes aprendizes” em atividade profissional básica ou em instrução preparatória “treinamento”.

Artigo 2º - A disciplina é o exato cumprimento dos deveres de cada um, em todos os níveis da entidade. A disciplina constitui a base da organização da entidade.

Artigo 3º - São manifestações essenciais da disciplina:

Parágrafo 1º - O pronto atendimento às ordens recebidas;

Parágrafo 2º - A rigorosa observância das prescrições dos Regulamentos;

Parágrafo 3º - O emprego de todas as energias em benefício do serviço;

Parágrafo 4º - A correção de atividades;

Parágrafo 5º - A colaboração espontânea à disciplina e à eficiência da entidade.

Artigo 4º - As ordens devem ser prontamente executadas, cabendo inteira responsabilidade à autoridade que as determinou.

Parágrafo único - Quando a ordem parecer obscura, compete ao subordinado solicitar esclarecimentos necessários no ato de recebê-la.

Artigo 5º - A civildade é parte integrante da Educação. Importa aos superiores tratar os “adolescentes aprendizes” e funcionários com respeito, interesse e benevolência.

Parágrafo único - Será considerada falta grave, passível de demissão, todo ato libidinoso dentro da entidade.

Artigo 6º - A cooperação e demonstração de cortesia torna-se indispensável entre os “adolescentes aprendizes”.

Capítulo II – Das transgressões disciplinares – Definição e especificação

Artigo 7º - Transgressão disciplinar é toda violação do dever.

Parágrafo único - São transgressões:

A: Todas as omissões contrárias à disciplina, especificadas no presente capítulo, em especial aos “adolescentes aprendizes”, que são consideradas medidas socioeducativas.

B: Todas as ações ou omissões não especificadas neste Regulamento, praticadas contra a honra e o pudor individual, contra o decoro da classe, contra os preceitos de subordinação, regras e ordens de serviços, estabelecidas nos Regulamentos ou prescritos por autoridade competente.

Artigo 8º - As transgressões a que se refere a letra “A” do Parágrafo Único do Artigo 7º são:

Parágrafo 1º - Deixar de comunicar falta ou irregularidade, que presenciar ou tiver conhecimento, aos seus superiores;

Parágrafo 2º - Permutar ou trocar de serviço sem a devida autorização;

Parágrafo 3º - Apossar ou servir, sem autorização, de objetos que não estejam a seu cargo ou pertençam a outrem;

Parágrafo 4º - Concorrer para a discórdia ou desarmonia entre os companheiros do grupo, ou ainda cultivar inimizade entre os mesmos;

Parágrafo 5º - Aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem dada, ou para que seja retardada sua execução;

Parágrafo 6º - Simular doença para esquivar-se ao cumprimento de qualquer dever;

Parágrafo 7º - Executar seu trabalho com má vontade ou intencionalmente, por falta de atenção em qualquer serviço ou orientação;

Parágrafo 8º - Faltar ou chegar atrasado sem justo motivo a qualquer ato ou serviço em que deva tomar parte ou assistir;

Parágrafo 9º - Deixar de usar o crachá de identificação ou deixar de identificar-se quando solicitado;

Parágrafo 10º - Censurar atos de seus superiores ou procurar desconsiderá-los no âmbito da entidade ou em círculos da comunidade;

Parágrafo 11º - Ofender, provocar ou desafiar seu companheiro de trabalho ou funcionário com palavras, atos ou gestos;

Parágrafo 12º - Não ter cuidado com o anseio próprio e com a apresentação pessoal;

Parágrafo 13º - Não ter o devido zelo, extraviar ou estragar objetos pertencentes à entidade;

Parágrafo 14º - Faltar com a verdade, levantar dúvida ou falso testemunho contra seu colega de trabalho;

Parágrafo 15º - Deixar de cumprir ordem de serviço ou abandonar o serviço para que tenha sido designado;

Parágrafo 16º - Assumir compromisso pela entidade sem estar para isso autorizado;

Parágrafo 17º - Participar de jogos proibidos, ou jogos a dinheiro, dentro da entidade ou no local de trabalho; ou usando indevidamente o uniforme.

Parágrafo 18º - Portar arma de qualquer espécie na entidade ou local de trabalho;

Parágrafo 19º - Espalhar falsas notícias ou inventar inverdade em prejuízo da boa ordem dentro da entidade;

Parágrafo 20º - Ofender, provocar, responder de maneira desatenciosa ou dirigir-se aos seus companheiros ou superiores de modo desrespeitoso;

Parágrafo 21º - Comportar-se de modo inconveniente, sem compostura na entidade ou no ambiente de trabalho, faltando aos preceitos de boa educação;

Parágrafo 22º - Ingerir bebida alcoólica ou qualquer outro tipo de droga na entidade ou no local de trabalho; bem como servir-se da alimentação em quantidade suficiente e zelar pela limpeza do refeitório e dos banheiros.

Parágrafo 23º - Apoderar para si de objetos pertencentes à entidade ou de companheiros dentro da entidade ou no local de trabalho;

Parágrafo 24º - Usar roupas ou acessórios que não são partes do uniforme da entidade dentro da entidade ou no trabalho.

Parágrafo 25º - Estar com os cabelos exageradamente coloridos e compridos, trancinhas no cabelo, aos adolescentes de ambos os sexos;

Parágrafo 26º - Portar telefone celular ligado ou usá-lo para entretenimento nas dependências da entidade e no local de trabalho;

Parágrafo 27º - Fumar nas dependências da entidade e quando estiver usando o uniforme da entidade durante o período de trabalho;

Parágrafo 28º - Frequentar a entidade ou o trabalho sem o uso do uniforme completo, principalmente do crachá de identificação;

Parágrafo 29º - Participar de brincadeiras de mau gosto ou inadequadas que poderão levar a um desentendimento e a consequências desagradáveis;

Parágrafo 30º - Rasurar ou alterar documentos de uso no trabalho, da entidade ou de repartições públicas, “atestados”;

Parágrafo 31º - Abandonar o trabalho sem comunicação e autorização superior;

Parágrafo 32º - Participar de rodinhas com amigos ou colegas durante o horário de trabalho;

Parágrafo 33º - Usar mochila durante o trabalho ou nas dependências da entidade; ela deverá estar devidamente fechada com cadeado.

Parágrafo 34º - Desrespeitar as pessoas, inclusive clientes ou usuários do estacionamento regulamentado;

Parágrafo 35º - Deixar de atender o cliente ou usuário do estacionamento regulamentado, ou esperar que seja chamado;

Parágrafo 36º - Namorar no ambiente de trabalho, deixando de cumprir com suas obrigações;

Parágrafo 37º - Andar de bicicleta na contra mão, respeito à vida “Projeto pedalar”;

Parágrafo 38º - Ficar se apoiando nos veículos ou sentar neles, escrever ou riscar em veículos ou paredes de estabelecimentos;

Parágrafo 39º - Abandonar o ambiente de trabalho, ou sala de orientação, tanto o adolescente aprendiz, sem autorização prévia;

Parágrafo 40º - Deixar de prestar contas de numerário sobre recebimento de bolsa de estudo ou venda de cartelas, abandonando a entidade sem autorização superior.

Artigo 9º - As transgressões deste regulamento serão classificadas, segundo sua intensidade, em leves, médias e graves, sendo as

penas equivalentes, aplicadas pela coordenadora e assistente social aos “adolescentes aprendizes”.

Parágrafo único - São penas disciplinares: a) = Termo de orientação; já ocorre neste ato de aprendizagem; b) = Termo de advertência; pela assistente social com número de duas ou coordenadora, conforme a gravidade; c) = Termo de demissão; por justa causa ou injusta causa se necessário.

Capítulo III – Disposições finais

Artigo 10º - O adolescente que assinar o boletim de ocorrência será dispensado da entidade ou reclassificado em último lugar.

Artigo 11º - Os casos omissos não constantes do presente regulamento disciplinar serão decididos pelo Presidente da entidade.

Artigo 12º - O presente regulamento disciplinar entra em vigor em janeiro de 2007.

Diretor Presidente.

Por meio do regulamento disciplinar da entidade ficamos sabendo que há um “boletim de ocorrências interno” no qual eram registradas e comunicadas as faltas disciplinares dos adolescentes, sendo encaminhadas aos superiores para as providências necessárias.

O regulamento disciplinar parece-nos bastante rígido e autoritário. Ele propõe um processo de domesticação repressiva dos adolescentes, que devem ser obedientes, dóceis, submissos, serviçais e dispostos a colaborar. A autoridade está investida de todo o poder, devendo ser respeitada incondicionalmente, e seus representantes são detentores de todo o poder de decisão – são árbitros inatacáveis e inquestionáveis. A disciplina é considerada equivalente às “medidas socioeducativas”, sendo apresentada de modo predominantemente vertical, impositivo, monolítico, moralista e fortemente repressivo-correcional.

Esse regulamento nos remete ao universo taylorista da produção industrial. Também conhecido como Administração Científica, o taylorismo é um sistema de organização industrial criado pelo engenheiro mecânico e economista norte-americano Frederick Winslow Taylor no final do século XIX. A principal característica

desse sistema é a organização e a divisão de tarefas dentro de uma empresa, com o objetivo de obter o máximo de rendimento e de eficiência com o mínimo de tempo e de atividade. Dando prosseguimento à teoria de Taylor, Henry Ford (1863-1947) desenvolveu seu procedimento industrial baseado na linha de montagem para gerar uma grande produção que deveria ser consumida em massa, dando origem ao fordismo.

As principais características e objetivos do taylorismo seriam as seguintes: a) divisão das tarefas de trabalho dentro de uma empresa; b) especialização do trabalhador; c) treinamento e preparação dos trabalhadores de acordo com as aptidões apresentadas; d) análise dos processos produtivos dentro de uma empresa como objetivo de otimização do trabalho; e) adoção de métodos para diminuir a fadiga e os problemas de saúde dos trabalhadores; f) introdução de melhorias nas condições e ambientes de trabalho; g) uso de métodos padronizados para reduzir custos e aumentar a produtividade; h) criação de sistemas de incentivos e de recompensas salariais para motivar os trabalhadores e aumentar a produtividade; i) uso de supervisão humana especializada para controlar o processo produtivo; j) disciplina na distribuição de atribuições e de responsabilidades; l) uso apenas de métodos de trabalho que já foram testados e planejados para eliminar o imprevisto. (Rago; Moreira, 1987, p.23).

O taylorismo representa um modo de organização de trabalho criado no início do século XX, com o objetivo de intensificar o processo de extração da mais-valia relativa por meio da expropriação do saber-fazer operário, expropriação esta decorrente do aprofundamento da separação entre trabalho manual e intelectual, de concepção e de execução (Lazagna, 2002). Fraga (2006) estuda a época taylorista e fordista, procurando caracterizar essas modalidades de produção como importantes organizadores da indústria até meados da segunda metade do século passado. Também analisa as transformações na organização da produção no final do século XX e início do XXI, com o advento do sistema produtivo flexível, procurando caracterizar as mudanças no mercado de trabalho como um todo. Suas discussões indicam que

Na sociedade atual, inserida num contexto de globalização, informatização, flexibilização e privatização, o mercado de trabalho vem passando por uma transformação dos tipos de empregos oferecidos e nos meios de se inserir neles. Certas transformações em curso são responsáveis por uma ampla instabilidade trabalhista. A terceirização, o aumento estrutural do desemprego e a expansão do setor informal são bons indicadores da forma como os trabalhadores têm sido apresentados às perspectivas de se manterem e de progredirem. Os trabalhadores têm que possuir, cada vez mais, múltiplas competências. A velocidade da informação e da inovação tecnológica força as pessoas a estarem em permanente atualização. A exclusão digital e o não conhecimento de uma segunda ou terceira língua também aparecem como empecilho para a obtenção de cada vez mais postos de trabalho. O setor industrial, cada vez mais informatizado, passa por uma redução do emprego. O setor de serviços tem expandido as suas vagas. Nesse contexto, a indústria passa da produção em massa para a produção flexível. O fordismo, com seus movimentos rotineiros que não envolviam as faculdades mentais e a espontaneidade dos trabalhadores, dá lugar a um modelo em que os trabalhadores passam a desempenhar múltiplas funções e a não só executar, mas pensar sobre o processo de produção. Uma parte do setor de serviços e do setor informal segue o caminho contrário, passa a incorporar as características do fordismo no desempenho de suas atividades profissionais. Os seus trabalhadores passam a ter rotinas de trabalho, rígido controle do tempo e atividades mecanicamente seguidas. Dessa forma, as características do “fordismo”, típicas da modernidade sólida, não desapareceram na modernidade líquida. Na complexidade do mercado de trabalho atual, elas passaram, junto com as características do “pós-fordismo”, a conviverem conjuntamente. (Ibid., p.7-8).

Parece que o processo socioeducativo profissionalizante desenvolvido pela entidade ainda se situa numa perspectiva grosseiramente taylorista, permanecendo descontextualizada na

contemporaneidade tardia. Caso os adolescentes aprendam, incorporem e obedeçam fiel e diligentemente a esse regulamento disciplinar, eles se tornarão indivíduos submissos, subordinados e subservientes. Seria esse o “cidadão autônomo, autocrítico e dotado de responsabilidade social” que a entidade se propõe a formar? Em todo caso, esse seria um bom e fiel empregado que todo patrão gostaria de ter: disciplinado, honesto, produtivo e obediente. Certamente, indivíduos assim “reeducados” e “profissionalizados” teriam boa aceitação no mercado de trabalho.

No regulamento interno, o mando do capitalista se confunde com o do general, impingindo subordinação e disciplina. As normas previstas constituem uma legislação privada e autocrática sem disfarces, concentrando na autoridade poderes indivisos. Trata-se de uma forma de direito despótico que fundamenta a política institucional, instituindo um controle sobre os adolescentes, estabelecendo suas tarefas, submetendo-os a ordens e fiscalizando sua execução. Os adolescentes são treinados de tal modo que o patrão, enquanto proprietário, impõe sua vontade, e desse modo a autonomia se converte em heteronomia.

Mas a ação socioeducativa institucional não é composta apenas de disciplina e de coerção, ela também promove e produz o consentimento por parte dos adolescentes, um consentimento ativo que implica na participação deles em sua própria exploração. Para isso serve a ideologia do empreendedorismo, que faz de cada indivíduo o artífice tanto do próprio sucesso quanto do fracasso pessoal.

Nesse regulamento interno, temos uma interessante peça exemplar que institui o direito político da produção (fábrica ou empresa), estabelecendo um conjunto de regulamentos que organizam o cotidiano das relações do trabalho assalariado. É um regulamento imposto unilateralmente pela administração da entidade que se alinha claramente com os interesses do patrão. O regulamento recobre a disciplinarização dos movimentos, das interações e das conversas, das roupas e da aparência, os modos de se comportar e de falar, restringe a liberdade de expressão (obriga a manter silêncio, guardar segredos, repetir as fórmulas de cortesia etc., além

de pretender controlar a interação pública e até coibir a promoção de atividades políticas contrárias aos interesses patronais.

Curiosamente, o regimento disciplinar não prevê sequer um único direito do adolescente. Trata-se de um regimento expressamente repressivo. Como se imagina que os adolescentes “prove-nientes de contextos socioculturais com baixo poder aquisitivo” são caracterizados pela ociosidade, pela falta de comportamento disciplinado, pelo pouco treino quanto aos hábitos de pontualidade, moralidade, honestidade, operosidade e obediência à autoridade, o melhor seria procurar educar os adolescentes por meio da prática desses “valores” no funcionamento cotidiano da entidade, corrigindo assim a eventual falta de socialização, de educação e de civilidade por parte das famílias das classes populares com relação aos seus filhos.

Se os adolescentes realmente fossem considerados “sujeitos de direitos”, como afirma o discurso oficial, esse regimento disciplinar deveria ser elaborado de outra forma, pois verificamos que a cultura institucional se revela predominantemente repressiva e correcional. O adolescente fica completamente à mercê dos interesses do mercado na exploração da sua força de trabalho barata e pseudoprofissionalizada. Embora seus “direitos trabalhistas” básicos estejam sendo “protegidos” pela entidade de acordo com o que prevê a lei, ela, ao compactuar com a lógica do discurso empreendedor e com a exploração da força de trabalho do “adolescente aprendiz”, acaba prestando um serviço maior para o capital do que para os interesses dos adolescentes pertencentes à classe trabalhadora oprimida.

Não verificamos na entidade nenhuma palavra crítica sobre as condições do mundo do trabalho no mundo globalizado, sobre a exclusão social como consequência do desemprego estrutural e nem um traço sequer de politização do tema do trabalho profissional nos dias atuais.<sup>3</sup> Não há nenhuma defesa dos interesses do

---

3. Bem diferente é a proposta apresentada por Oliveira e Costa (2005) no livro intitulado *Sociologia: o conhecimento humano para jovens do ensino técnico-profissionalizante*. Os conteúdos sistematizados nesse livro didático pretendem

adolescente trabalhador por parte do discurso institucional da entidade; pelo contrário, ele deve se curvar docilmente diante das exigências do patrão.

Um boletim informativo dá mais detalhes sobre o processo de admissão realizado pela entidade:

### **Boletim informativo**

Normas da Lei 10.097 de 19/12/2000<sup>4</sup> que deverão ser cumpridas pelo adolescente aprendiz

O período de inscrição na entidade será divulgado através da imprensa falada e escrita. A prova será marcada em local, data e horário determinado. A prova constará de: Português, Matemática, Conhecimentos Gerais e entrevistas para os que forem classificados com média 5,0. Obs. A entrevista e exame médico têm caráter eliminatório. Os candidatos serão aprovados por ordem de classificação com nota mínima de 5 obtida em prova, 50% feminino e 50% masculino. Os candidatos serão chamados em número pré-determinado para realizarem a matrícula com apresentação de cinco fotos 3 x 4 (recente) e atestado escolar comprovando o estudo em período noturno. Os pais ou responsáveis deverão comparecer com o adolescente para uma reunião a ser marcada, onde receberão todas as informações necessárias quando convocados.

1. O candidato que ingressar na entidade receberá orientações, treinamentos, palestras e cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores. Terá cursos de Vendas, Marketing Pessoal, De-

---

elaborar um saber crítico, dinâmico e problematizador das evidências do senso comum: visa a inserção consciente dos alunos no mundo do trabalho produtivo e, num provável percurso acadêmico posterior, busca incentivar a participação política e o inconformismo político, social e cultural, questionando os discursos oficiais que propõem uma escolarização essencialmente técnica, marcados pelo viés da “empregabilidade”.

4. A Lei Federal da Aprendizagem (Brasil, 2000) abriu a oportunidade de inserção gradual e monitorada de adolescentes e jovens de 14 a 24 anos incompletos ao mercado de trabalho. Essa lei consolidou dispositivos da Constituição Brasileira e do ECA.

partamento Pessoal, Auxiliar de Escritório, Secretariado, Informática, reforço em Português e Matemática, Educação para a Saúde, Educação Física e Música em torno de 120 dias ou mais se necessário.

2. O aluno terá sua matrícula cancelada caso não adaptar-se à entidade ou ter 10 faltas não justificadas.

3. O adolescente prestará prova comprovando a aprendizagem nos cursos antes do encaminhamento para o estacionamento regulamentado.

4. Os adolescentes serão encaminhados ao estacionamento regulamentado para estagiar, devidamente registrado em carteira com salário mínimo/hora e descontos permitidos em lei. O trabalho no estacionamento regulamentado servirá de avaliação do adolescente quanto à pontualidade, respeito e disciplina. Quem não se adaptar às normas da entidade poderá ser dispensado. Durante o estágio o aprendiz será avaliado e encaminhado ao mercado de trabalho, após seleção feita pelos interessados. No estágio só serão aceitas faltas justificadas com atestado médico. O número de faltas será avaliado no aproveitamento do estagiário.

5. Durante o período de estágio no estacionamento regulamentado, o adolescente poderá dar continuidade a seus cursos na sede social da entidade, no seu horário livre, até completar sua carga de aprendizagem, ou aos sábados, conforme escala.

6. Após vencer o tempo permitido o aprendiz no estágio estará sujeito ao Decreto 5.598/05 combinado com o artigo 433 da lei 10.097.

7. A entidade fornecerá certificado de conclusão dos cursos realizados.

8. É objetivo da entidade dar oportunidade e treinamento a cada adolescente para vencer as dificuldades de encaminhamento ao mercado de trabalho e a sua vida, despertando sua cidadania.

9. Terminado o curso de aprendizagem os adolescentes poderão aguardar a convocação em sua residência para estágio ou encaminhamento.

“Aprende que heróis são pessoas que fizeram o que era necessário fazer, enfrentando as consequências”. William Shakespeare

Um folheto explicativo apresenta elementos interessantes que denotam a perspectiva que orienta a ação socioeducativa da entidade:

### **Esclarecimento ao usuário do estacionamento regulamentado**

O estacionamento regulamentado foi criado por lei municipal de nº. 2592 de 11/09/1979. Na época não existiam áreas delimitadas e foi implantado o sistema regulamentado que estipula o período máximo de estacionamento contínuo de duas horas, vedada a sua prorrogação. Serão aplicadas as penalidades prescritas nesta Lei, concomitante com o disposto nos artigos 104 e 110 da lei Federal de nº. 5.108 de 21/09/1966. A entidade presta serviços no estacionamento regulamentado desde 23/10/1979, conforme convênio firmado com a prefeitura. A entidade atende a partir de janeiro de 2008 a 503 adolescentes na faixa de 16 a 18 anos, de ambos os sexos, visando a sua integração à família e à sociedade, evitando a ociosidade como propiciadora dos vícios, de modo a proporcionar-lhes melhores condições de vida, especialmente pelo processo de encaminhamento ao estudo e ao mercado de trabalho. A aquisição da cartela do estacionamento regulamentado é o que propicia a entidade dar apoio a todos esses adolescentes, pois, não fosse essa participação dos cidadãos, a entidade não estaria prestando esse serviço há 34 anos. Temos ainda a informar que as placas dos veículos anotadas pelos adolescentes não têm cunho de multa (não temos autoridade para lavratura da multa, mas temos a prerrogativa de comunicar ao agente fiscalizador). Estas anotações têm apenas o objetivo de levantamento para estatísticas da entidade em relação ao número de veículos estacionados irregularmente, funciona também como ação fiscalizadora do estacionamento pago. Salientamos que a entidade está amparada pela Lei Municipal de nº. 4865 de 26/05/2000. A entidade ensina o adolescente a ser um cidadão responsável, honesto e trabalhador. Cidadão usuário do estacionamento regulamentado: você está dando um exemplo de honestidade e civildade no trânsito. Colabore com a entidade sendo um bom exemplo para o adolescente. Adquira sua cartela e dê oportuni-

dade a mais de 500 jovens trabalharem com segurança. Agradecemos sua atenção e colaboração. Estamos à disposição do público para quaisquer esclarecimentos.

O folheto informativo apresenta ao usuário do estacionamento regulamentado os objetivos da entidade: integrar os adolescentes à família e à sociedade, evitar “a ociosidade como propiciadora dos vícios”, buscando “proporcionar-lhes melhores condições de vida” por meio da educação escolar e da inserção no mercado de trabalho. A noção de “integração social” nos remete à ideia de que esses adolescentes estão desconectados de suas famílias e da sociedade, numa situação de fragilidade relacional e afetiva familiar e excluídos socialmente. A entidade tem uma perspectiva filantrópica essencialmente preventiva, pois considera que “a ociosidade é a mãe de todos os vícios”, o que pode ser corrigido com a ocupação do tempo, mantendo o adolescente ligado ao mundo doméstico familiar, à instituição escolar e à formação profissionalizante e ao trabalho na entidade. Não parece se tratar precisamente de defender e promover os direitos dos adolescentes, mas de evitar veladamente o aumento da criminalidade e da delinquência por parte dos adolescentes pobres, pois “a entidade ensina o adolescente a ser um cidadão responsável, honesto e trabalhador”.

Seria “a aquisição da cartela do estacionamento regulamentado” pelo usuário “o que propicia a entidade dar apoio a todos esses adolescentes, pois, não fosse essa participação dos cidadãos, a entidade não estaria prestando esse serviço há 34 anos”. Novamente, vemos a sociedade civil chamada a custear os gastos com a formação dos adolescentes pobres, enquanto o poder público se mantém isento de suas responsabilidades com a questão, caracterizando uma estratégia filantrópica típica. Mas já sabemos que as empresas que recebem os adolescentes aprendizes encaminhados pela entidade também custeiam parte dos gastos de manutenção da entidade.

Com relação a documentos, também pudemos consultar uma “Revista Comemorativa – Jubileu de Prata, referente aos 25 anos de existência da entidade”, publicada no ano de 1999; além disso,

examinamos dois relatórios internos, intitulados “Projeto quem somos 1 e 2”, além de alguns boletins informativos e um folder oficial da entidade. De acordo com a documentação consultada, essa entidade foi criada na década de 1970, “com a finalidade de trabalhar especificamente com adolescentes, na perspectiva de educá-los e encaminhá-los”, por membros de um clube de serviços tradicional da cidade, que compõem sua diretoria e também são seus mantenedores. O objetivo geral e oficial da entidade consiste em amparar, educar e encaminhar os adolescentes para o mercado de trabalho, contando com o apoio de comerciantes, industriais e profissionais liberais da cidade:

A grande preocupação da Diretoria da entidade não é somente a de encaminhar o adolescente ao mercado de trabalho, dando-lhe uma oportunidade, mas também oferecer condições de uma vida melhor no futuro, amparando, dando atendimento de saúde, educação, recreação, amor, compreensão e segurança social, como também noções básicas de cursos pré-profissionalizantes (Revista Comemorativa Jubileu de Prata, 1999, p.1).

O recrutamento dos adolescentes iniciou em outubro de 1974, quando havia um grande número de adolescentes perambulando pelas ruas da cidade, pedindo esmolas ou com caixa de engraxate. Essa realidade motivou membros da elite local a fundarem uma entidade com o objetivo de oferecer uma orientação e auxiliar o adolescente a conseguir seu primeiro emprego. A entidade possui caráter educacional, promocional e filantrópico, e seu objetivo seria amparar, educar e encaminhar profissionalmente o adolescente carente de recursos, sem distinção de raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso, buscando oferecer condições para a integração social do adolescente e da família na comunidade onde vive. A área da atuação da entidade abarca a profissionalização, o trabalho e a renda para adolescentes.

O processo educativo pode ser descrito da seguinte maneira: num período de 30 a 90 dias, os adolescentes permanecem na

entidade, participando do “plano estágio educativo”, no qual “são oferecidos cursos profissionalizantes, além de orientações básicas nos aspectos educativos de saúde, amor e compreensão, educação, recreação e segurança social” (Ibid., p.30).

Todo esse trabalho visa

oferecer possibilidades de experiências e vivências para que os adolescentes façam escolhas e opções pessoais e sociais, principalmente para que não se envolvam com a marginalidade. A nossa clientela é proveniente de contextos socioculturais com baixo poder aquisitivo, que procura a entidade buscando o que ela oferece para que possam ter um futuro melhor, pois é através dessa oportunidade que o adolescente consegue seu primeiro emprego (folder institucional).

Após o período de treinamento, o adolescente é encaminhado ao mercado de trabalho como “adolescente bolsista”; para isso, busca-se firmar um convênio entre a empresa contratante e a entidade, com validade por tempo indeterminado. Como contrapartida, ao receber um menor aprendiz, a empresa passa a contribuir mensalmente, mediante a apresentação de recibo de bolsa educativa, no valor de um salário mínimo vigente no mês (deduzido o encargo do INSS na terceira semana do mês), acrescido de 35% para pagamento de encargos e taxas administrativas, e a entidade se encarrega de repassá-la à família do adolescente.

Soubemos que os responsáveis pelos adolescentes assinam três tipos de contrato: um quando os adolescentes ingressam no processo educacional da entidade; outro quando vão trabalhar na área de estacionamento regulamentado, vendendo cartelas para os motoristas; e outro no caso de serem contratados como estagiários ou menores aprendizes por empresas diversas da cidade. A entidade assistencial é a empregadora que registra os adolescentes aprendizes, responsabilizando-se por eles do ponto de vista patronal, por meio de um “Contrato Educacional de Orientação e Encaminhamento Pré-Profissional em regime especial educativo, em

consonância com a lei 8.069 de 13 de julho de 1990 em seus artigos 65 e 68 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN) em seu artigo 40”, conforme verificamos na carteira profissional de um dos adolescentes aprendizes. Embora tenhamos solicitado permissão para conhecer o conteúdo de tais contratos, isso nos foi negado pela direção da entidade. Descobrimos também que a entidade não fornece cópia de tais contratos nem mesmo para os adolescentes e seus familiares que participam dos programas de formação e de treinamento oferecidos pelo estabelecimento.

Procurando preencher essa lacuna, obtivemos na internet um modelo de contrato que pode ser semelhante ao firmado pela entidade certificadora que pesquisamos e os adolescentes aprendizes:

#### **Modelo de contrato – Aprendizes contratados pela entidade certificadora**

A PRIMEIRA CONVENENTE (Empresa): \_\_\_\_

A SEGUNDA CONVENENTE (entidade Certificadora/Instituição profissionalizante): \_\_\_\_

Firmam o presente convênio para promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos adolescentes assistidos pela Segunda Convenente.

Cláusula 1ª: Este Convênio e sua operacionalização se fundamentam nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90 e da Consolidação das leis do Trabalho (C.L.T.) nos artigos que tratam da regulamentação do trabalho do menor na condição de aprendiz, com a nova redação dada pela Lei 10.097 de 2000 e demais disposições legais e regulamentares que regem o trabalho do menor e se destinam à formalização das condições necessárias para a realização do Programa Convivência e Aprendizado no Trabalho, parceria entre empresas e instituições sociais visando a inclusão social de jovens entre 14 e 18 anos, através da formação técnico-profissional metódica, profissionalização e inserção no mundo do trabalho.

Cláusula 2ª: O presente convênio tem como seus objetivos: participar, apoiar e desenvolver a profissionalização do adolescente;

orientar as novas gerações no caminho do trabalho, com conhecimento, método, disciplina e bons valores; estimular a responsabilidade social e fomentar a criação de uma rede de empreendedores sociais dentro e fora das empresas; promover a cidadania e os valores humanos que fundamentam uma sociedade democrática, justa e solidária; aumentar a participação social de cada um e o poder aquisitivo da sociedade em geral.

Cláusula 3ª: Cabe à Primeira Conveniente, na consecução dos objetivos desse instrumento:

a) proporcionar ao adolescente formação técnico-profissional metódica, propiciando atividades práticas em articulação e complementaridade com as atividades teóricas ministradas pela Segunda Conveniente, em conformidade com um programa de aprendizagem, condizente com as possibilidades físicas e intelectuais de um ser em desenvolvimento (como conceituado no Estatuto da Criança e do Adolescente), sempre em locais adequados da Empresa e com observância das normas e regulamentos de proteção ao trabalho do menor, em especial os artigos pertinentes à matéria contidos no ECA, os artigos da CLT e legislação complementar trabalhista e previdenciária, bem como as Instruções Normativas nº 26 de 20 de dezembro de 2001 da Secretaria de Inspeção do Trabalho e a Portaria nº 20 do Ministério do Trabalho, visando propiciar ao adolescente aprendiz o exercício qualificado de profissões existentes em sua organização;

b) disponibilizar vagas para a colocação de aprendizes portadores de deficiência física, mental e sensorial (nos termos da Lei 7853/89 e regulamentado pelo Decreto 3298/99) em “colocação competitiva”, entendida como aquela efetivada nos termos da legislação trabalhista e previdenciária sem adoção de procedimentos especiais, ressalvada a utilização de apoios especiais, e/ou “colocação seletiva”, que é aquela realizada também nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, porém com a adoção de procedimentos especiais, tais como jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário, adequação das condições e do ambiente de trabalho, entre outros;

- c) receber, acompanhar, orientar, esclarecer e estimular o adolescente durante o processo de aquisição de conhecimento prático;
- d) participar da formação teórica quando houver solicitação da Segunda Convenente (aulas, palestras e visitas);
- e) colaborar com o monitoramento e avaliação do programa;
- f) garantir que o processo de transmissão de conhecimentos se faça por etapas metodicamente organizadas, do mais simples para o mais complexo;
- g) realizar o processo seletivo do adolescente ao ingressar no Programa de Convivência e Aprendizado no Trabalho, informando à Segunda Convenente a relação dos aprovados;
- h) substituir os adolescentes integrantes do Programa a qualquer tempo, o que deverá se justificar nas seguintes situações: completar 17 anos e 11 meses; reincidência de faltas injustificadas; inadaptação do adolescente assistido às atividades de iniciação ao trabalho; frequência irregular às atividades escolares; a pedido do adolescente e/ou de seu Representante Legal; outras situações relevantes que possam caracterizar falta de natureza grave, nos moldes arrolados pelo artigo 482 da CLT;
- i) comunicar à Segunda Convenente os motivos que ensejaram o pedido de substituição do adolescente assistido;
- j) fiscalizar a matrícula e frequência escolar daqueles aprendizes que não tiverem concluído o ensino obrigatório;
- k) avaliar na prática o desenvolvimento do aprendiz quanto às disciplinas teóricas ministradas pela Segunda Convenente;
- l) desenvolver os programas de aprendizagem em ambientes adequados, que ofereçam as condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do art. 405 da CLT e das Normas Regulamentares aprovadas pela portaria 3.214/78;
- m) desenvolver os programas de aprendizagem em horários compatíveis com a agenda escolar de cada aprendiz, de modo a não prejudicar sua frequência às aulas do sistema de ensino regular;
- n) apurar e informar a Segunda Convenente a frequência dos adolescentes até o último dia útil do mês, tomando por base o período compreendido entre os dias 01 e 30/31 de cada mês;

o) a Primeira Conveniente obriga-se a encaminhar à Segunda Conveniente, até o primeiro dia útil bancário de cada mês, a somatória dos seguintes valores correspondentes a cada adolescente assistido: Remuneração do adolescente atendido com jornada de ( ) horas semanais, proporcional ao período de execução das atividades no mês; Encargos Sociais ( % sobre a remuneração); Férias, abono pecuniário e 13<sup>o</sup> proporcionais ao período de execução das atividades de iniciação ao trabalho ( % sobre a remuneração); PIS ( % sobre a remuneração); Demais obrigações trabalhistas a cargo da Segunda Conveniente ( % sobre a remuneração); Taxa de Administração de ( %) sobre a remuneração do adolescente atendido; Rever os percentuais destinados às provisões quando houver incidência de abonos estabelecidos pela legislação sobre o salário, ou sempre que comprovado pela Segunda Conveniente a insuficiência dos mesmos para cobertura a que se destinam; O pagamento das parcelas constantes desta cláusula estará condicionado ao encaminhamento pela Segunda Conveniente até o dia ( ) do mês subsequente ao desenvolvimento das atividades de iniciação ao trabalho pelo adolescente assistido, cópia das guias autenticadas referentes ao recolhimento dos encargos sociais e demais obrigações previstas na legislação trabalhista e previdenciária em vigor, como FGTS, entre outras;

Cláusula 4<sup>a</sup>: Cabe à Segunda Conveniente, na consecução dos objetivos desse instrumento:

a) assegurar ao adolescente os seguintes direitos e benefícios: Assegurar uma remuneração com base no salário mínimo/hora equivalente a 1/220 do salário mínimo em vigor multiplicado pelo número de horas trabalhadas no mês, em atividades teóricas e práticas; Assegurar aos adolescentes que cursam o ensino fundamental uma jornada de trabalho aprendiz que não exceda 6 horas diárias, ou 180 horas mensais (incluídas as horas de aprendizado teórico); Assegurar aos adolescentes que estejam cursando o ensino médio uma jornada de trabalho aprendiz que não exceda 8 horas diárias, ou 220 horas mensais, quando o programa de aprendizagem assim dispuser; conceder Vale Transporte necessário para os desloca-

mentos do aprendiz de casa para o trabalho, em atividades práticas como nas teóricas, bem como seu retorno, em conformidade com a respectiva legislação; conceder ao adolescente aprendiz 30 dias de férias por ano, com remuneração acrescida do 1/3 constitucional e coincidentes com seu período de férias escolares; Quitação de todos os encargos sociais devidos nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, da CLT e da legislação trabalhista e previdenciária, com a apresentação da cópia autenticada dos comprovantes de recolhimento sempre que solicitado pela Segunda Conveniente; Não exceder o prazo legal de 2 anos para os contratos de aprendizagem, que deverão coincidir, obrigatoriamente, com o previsto no respectivo programa de aprendizagem; Indicar expressamente nos contratos de aprendizagem o programa objeto de aprendizagem, a jornada diária, a jornada semanal, a remuneração mensal, o termo inicial e final do contrato; Proceder ao registro e anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

b) manter programa de aprendizagem definindo os objetivos do curso, seus conteúdos e a carga horária prevista;

c) proceder ao registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como entidade sem fins lucrativos que dentre suas finalidades estatutárias contemple a assistência ao adolescente e a educação profissional, na forma do art. 90 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990;

d) estruturar seus programas de aprendizagem, contemplando os requisitos da Portaria nº 702 de 18 de dezembro de 2001, do Ministério do Trabalho;

e) prestar à Primeira Conveniente a orientação, o apoio, a supervisão e a ajuda técnica, entre outros elementos necessários para a compensação das limitações funcionais motoras, sensoriais e mentais de aprendizes portadores de deficiência, de modo a viabilizar seu processo de inserção no trabalho;

f) selecionar e contratar instrutores;

g) executar os programas de aprendizagem, ministrando os conteúdos teóricos, orientando e supervisionando a execução das atividades práticas no âmbito da Primeira Conveniente;

- h) garantir a articulação e complementaridade entre a aprendizagem teórica e prática;
- i) avaliar o processo de aprendizagem;
- j) fiscalizar a matrícula e frequência escolar daqueles aprendizes que não tiverem concluído o ensino obrigatório;
- k) desenvolver os programas de aprendizagem em ambientes adequados, que ofereçam as condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do art. 405 da CLT e das Normas Regulamentares aprovadas pela portaria 3.214/78;
- l) desenvolver os programas de aprendizagem em horários compatíveis com a agenda escolar de cada aprendiz, de modo a não prejudicar sua frequência às aulas do sistema de ensino regular;
- m) adequar a profissionalização às necessidades do mundo do trabalho e das perspectivas de inserção efetiva;
- n) fornecer aos Aprendizes certificado definindo as competências, os conteúdos e as habilidades adquiridas durante o processo de profissionalização.

Cláusula 5ª: O presente convênio terá a duração de ..... anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante a emissão de Termo Aditivo, ou ser denunciado a qualquer tempo, por qualquer uma das Convenientes, mediante comunicação por escrito com antecedência prévia de 30 dias.

Parágrafo primeiro: No caso de rescisão ou resolução da presente parceria, as partes se comprometem a tomar todas as medidas necessárias para preservar os interesses dos adolescentes em processo de aprendizado.

Parágrafo segundo: no caso de rescisão ou resolução do presente convênio, a Segunda Conveniente terá direito ao desembolso dos valores correspondentes às despesas já efetuadas e às decorrentes da rescisão que foram necessárias para a quitação das obrigações contidas na cláusula 4ª “a”.

Cláusula 6ª: As partes elegem o Foro da Comarca de ..... como competente para dirimir eventuais controvérsias surgidas em decorrência do presente convênio.

E por estarem de comum acordo, as partes firmam o presente termo em 3 vias, para que produza seus efeitos legais a partir da sua assinatura.

São Paulo, \_\_de \_\_ de \_\_.

Primeira Conveniente \_\_

Segunda Conveniente \_\_

(Movimento Degrau, s.d).

Fomos informados de que a entidade sobrevive com os recursos advindos, em parte, dos contratos com as empresas que recebem estagiários ou menores aprendizes e do que é arrecadado com a cobrança pelo estacionamento na área regulamentada. Provavelmente, o clube de serviço responsável pela entidade também auxilia na cobertura de suas despesas. De acordo com as informações que constam no Plano de Ação Municipal PMAS-2009, documento que contém os convênios municipais com a SEADS de São Paulo, essa entidade privada não recebe recursos públicos para a execução de seu programa institucional. O PMAS informa que empresas privadas aportariam recursos anuais da ordem de R\$ 1.000.000,00; pessoas físicas doariam o valor anual de R\$ 762.800,00, que seriam utilizados para manter seu funcionamento.

Além do atendimento direto ao adolescente, funcionários da entidade realizam visitas domiciliares de acompanhamento às famílias, às empresas e às escolas para verificar o aproveitamento profissional e o rendimento escolar. Ao efetuar sua matrícula, os adolescentes e seus familiares são beneficiados com seguro de vida em grupo; os adolescentes passam a contar com assistência médica e odontológica, corte de cabelo e uniforme: calça, camiseta e par de sapatos. Quando do período de treinamento na sede da entidade, os adolescentes recebem diariamente o café da manhã (leite, café, pão, biscoito), almoço e lanche da tarde.

São realizados pelo menos três processos seletivos por ano para o ingresso de adolescentes na entidade, que passarão pelo programa de formação. A cada três meses, cerca de 120 adolescentes de ambos os sexos são admitidos.